



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezanove de Dezembro de dois mil e nove.

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Eng.^a Dulce Fidalgo Álvaro Pássaro, que solicitou a suspensão do mandato por um período de trinta e cinco dias, tendo sido substituída pela Sra. Arq.^a Élia Sofia Duarte Feiteira, na qualidade de cidadã imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista concorrente a este órgão.

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes informou que, na sequência do pedido de substituição apresentado pela Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, foi convocada a Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Pato, encontrando-se presente nesta sessão. Mais informou que a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre também solicitou a sua substituição e que, considerando que a Sra. Dra. Ana Cristina Rodrigues Camacho e o Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro não puderam estar na presente sessão por motivos devidamente justificados, foi convocado o Sr. António Francisco Martins Pais, que se encontra presente na mesma.

Também se encontravam ausentes o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Avô, e o Sr. Eng.^o Carlos Artur Simões Esteves Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, que designaram, para seus substitutos, os Srs. António Silva Antunes e o Sr. Fernando Marques Fernandes, respectivamente.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Ratificação da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para representar a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

III – Eleição, nos termos do artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, de cinco membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte.

IV – Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra.

V – Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 5º da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

VI – Eleição, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VII – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

VIII – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital, e formalização das referidas comissões, de acordo com o nº 2 do referido artigo.

IX – Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

X – Eleição, nos termos do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio, do representante na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal (para efeitos de encerramento da CIP).

XI – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2010/2013 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2010, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

Depois de ter sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a acta da sessão ordinária de dois de Novembro de dois mil e nove, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. António Lopes fez a seguinte intervenção:

“Como é a primeira Assembleia que vamos fazer nesta legislatura, gostava de deixar dito que nós temos um Regimento e temos uma lei que regula as sessões da Assembleia Municipal. No entanto, da experiência que aqui tive durante dois anos e daquilo que eu tenho conhecimento que acontece aqui, os prazos que estão legalmente estabelecidos para as intervenções são, genericamente, sempre largamente ultrapassados. Não é que isso seja um mal – eu sou pelo debate – mas também me parece que, às vezes, também se debate por debater. Penso que é obrigação de nós todos ser o máximo eficazes.

De qualquer forma – e todos têm o Regimento – para o período de Antes da Ordem do Dia está consignada uma hora ou, no máximo, uma hora e meia, e, para todos os outros pontos, meia hora. Num caso como o de hoje, a levarmos isto a rigor, estaríamos cinco horas para os pontos da Ordem do Dia e teríamos uma hora e meia para o período Antes da Ordem do Dia. Portanto, seis horas e meia, a sermos bem comportados e a cumprirmos rigorosamente a lei. Como, normalmente, nós somos comportados, diríamos que não iríamos almoçar ou teríamos que almoçar e vir cá até às tantas da noite. Portanto, queria pedir a todos – sem prejuízo do debate, que acho que é bom e desejável que aconteça – que houvesse algum consenso e algum bom-senso no sentido de, dentro do possível, nos aproximarmos desta situação.

Uma alternativa que eu vejo aqui... Porque a lei também diz que cada deputado tem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinco minutos por cada ponto da Ordem do Dia, o que acaba por ser uma contradição daquilo que foi dito anteriormente. Eu também não via nenhum inconveniente – e acho que isto é para debatermos possivelmente na próxima Assembleia, se assim o entenderem – com alteração ao Regimento ou sem alteração ao Regimento, porque o Regimento, no fundo, praticamente transcreve a lei, era que as intervenções fossem feitas por bancada. Há assuntos mais especializados que outros e poderia ser encontrada a pessoa que cada grupo entender mais preparada ou mais informada nesse ponto e, dentro do tempo que pertence a cada bancada, debater durante o tempo que entender necessário, dentro daqueles limites que ficariam consignados. Teriam que fazer um consenso e fazer essas contas pela Método de Hondt, de forma a isso ficar conciliado. Obviamente que, tendo a CDU dois elementos, e tendo o Sr. Presidente da Lajeosa, que é o único nesta perspectiva, se fizermos isto por uma regra de três simples, teríamos, de alguma forma, estes Senhores Deputados ou as forças minoritárias, beneficiados. Mas, lei é lei e também não poderíamos fazer nada disso. Entretanto, o que eu pedia é que houvesse algum bom-senso no sentido das coisas não ultrapassarem, para além do normal e do desejável, os tempos que legalmente estão consignados.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Raúl Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos a iniciar um novo mandato e é a primeira vez que faço uma intervenção. Não queria deixar de felicitar todos os eleitos e de desejar que este mandato seja, para vós, repleto de êxitos em termos autárquicos. Que seja um trabalho profícuo e com sucesso.

No mandato anterior, apresentei aqui uma moção relacionada com a poluição dos rios. Foi uma moção que foi aprovada por unanimidade e teria o destino de ser enviada, pela Assembleia, às entidades que operam nessa área.

Isto é mais um alerta à Câmara Municipal. Eu penso que estão sensibilizados para isto mas gostaria de deixar aqui este alerta: recentemente, verificaram-se novas descargas no Rio Cobral. Estas descargas são feitas por fábricas de queijo e de outras coisas no concelho de Seia. Eu gostaria de chamar aqui a atenção e de deixar aqui este alerta, para que se tomem medidas no sentido de se evitar essa situação. As fábricas são particulares, como é evidente, e terão que sofrer as sanções necessárias ou terão que cumprir a lei que as obriga a fazer os tratamentos. Portanto, o que me traz aqui hoje é deixar este alerta e perguntar à Câmara se tem conhecimento desta situação e o que é que pretende fazer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira:

“Quería assinalar, de facto, que é a primeira Assembleia deste mandato, Assembleia com Ordem de Trabalhos. E há um *record* aqui: eu, que me recorde, nunca estive em nenhuma Assembleia que tivesse onze pontos na Ordem de Trabalhos. Regista-se apenas isto. De facto, assim, podia ter sido previsto que se almoçasse e se continuasse da parte da tarde, até porque um dos assuntos é, de facto, um assunto importante e que é o Plano de Actividades e o Orçamento.

Eu tinha aqui um conjunto de perguntas ao Sr. Presidente da Câmara. Não vou fazê-las todas, por uma questão de gestão do tempo, embora seja complicado porque há, de facto, questões importantes. Cinco minutos, dez minutos... Nem houve assim tantas inscrições para o período antes da Ordem do Dia. Mas, eu vou entregar por escrito e, portanto, quero a resposta por escrito às perguntas que faço, embora vá mencionar aqui apenas uma delas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como está a situação quanto aos IC's dentro do município? Há, de nova, a história do IC 6 e do IC 7 autónomos? Qual deles é que, afinal, passa a norte da cidade?

Tinha, aqui, também um conjunto de outras sugestões a fazer à Câmara Municipal mas vou deixar apenas um alerta: uma proposta da Comissão Europeia, que está “em cima da mesa” prevê a saída do nosso Município, e de outros de outras regiões, das zonas desfavorecidas, em termos do Programa de Desenvolvimento Rural para o período de dois mil e sete a dois mil e treze. Portanto, termina em dois mil e treze. Na prática, a Comissão Europeia prepara-se para alterar os critérios para definição destas zonas. Até aqui, havia critérios sócio-económicos: as regiões desfavorecidas – como o nosso Município – tinham em conta índices de rendimento, índices de população, etc. Estamos a falar em termos de agricultura, a parte agro-florestal. E, agora, a Comissão Europeia quer introduzir estes critérios, modificá-los e introduzir critérios de natureza ambiental e outros, em síntese, para beneficiar, naturalmente, os “donos” da União Europeia.

Portanto, preparem-se porque agora também já estamos debaixo daquela aberração alcunhada de Tratado de Lisboa. Portanto, se isto, até agora, é assim, a partir de agora vai ser bem pior. E estou aqui a dizer isto e a repeti-lo para que ninguém tenha dúvidas que houve alguém que aqui voltou a dizer que isto do Tratado de Lisboa é uma traição à nossa Pátria. E quem pratica traições, são traidores. Isto é, de certa forma, semelhante a mil quinhentos e oitenta: nas cortes de Tomar, houve um grupo de traidores à Pátria que aceitou que os Filipes de Espanha cá viessem durante sessenta anos escravizar o nosso Povo. Isto não é bem assim. É evidente que agora é vinho velho mas em vasilhas novas. Mas as consequências, a prazo, vão ser duríssimas para nós. E se isto, até agora, já é assim, a partir de agora, vai ser muito pior. Por exemplo, na prática, esta situação das zonas desfavorecidas leva a que os pastores e agricultores em geral deixem de ter acesso às indemnizações compensatórias (agora chama-se MZD - Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas), o que daria trezentos euros por hectare e por ano, e a bonificações para projectos de investimento na agricultura. O governo português tem que dar resposta a isto até final deste ano e eu alerto a Câmara Municipal para que também possa intervir.

Por outro lado, e já que estou nesta, já falei com o Sr. Presidente da Câmara sobre isto, numa reunião que tivemos no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição: que se deva prosseguir até à concretização da feira mensal de gado. Creio que é aceitável, à partida, aquilo que o anterior Executivo já vinha a desenvolver, em colaboração com os pastores.

E tinha aqui duas moções. Uma que é “O Orçamento de Estado 2010 e Autarquias” e que passo a ler:

“As competências das Autarquias têm aumentado mas não têm crescido em correspondência as verbas que lhes são disponibilizadas em Orçamento de Estado.

Nesta altura de crise dizem-nos que foi inevitável o crescimento do défice do Orçamento de Estado.

No quadro das suas competências, as Autarquias também estão a sentir a necessidade crescente de fazer face a um conjunto de despesas que aumentaram enquanto diminuíram algumas das receitas.

Nestas circunstâncias, o Governo não deverá aplicar mais uma diminuição real da atribuição de verbas às Autarquias Locais no próximo Orçamento de Estado.

O investimento público realizado através das Autarquias também é uma forma de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criar riqueza e de romper o ciclo de recessão económica que estamos a viver.

Portanto, impõe-se mesmo o reforço dessas verbas, sem esquecer o substancial aumento das transferências directas do Orçamento de Estado para as Freguesias.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital apela para o Governo e Assembleia da República no sentido de que, no âmbito das respectivas funções e competências, tenham em conta esta justa pretensão no Orçamento de Estado para 2010.”

E, se me permitem, mais uma moção, também para ser votada:

“MOÇÃO – ORÇAMENTO DE ESTADO E PIDDAC – 2010

O sector Têxtil / Confecções tem sido dos mais atingidos pela Crise.

Este processo – que tem causas que radicam em determinadas opções políticas e governativas tomadas nos últimos anos – conduziu ao desemprego de centenas de trabalhadores no nosso Concelho, agravando-se a instabilidade familiar e social.

No difícil contexto, o Investimento Público tem de servir como um grande incentivo ao crescimento e desenvolvimento económico e, no caso do nosso Município, até como forma de compensar a População pelas dificuldades actuais.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõe e reclama ao Governo que este inclua na sua proposta para Orçamento de Estado/2010, e no PIDDAC em especial, a concretização de obras e outras iniciativas de grande importância para o nosso Município, tais como:

- *Construção das novas instalações da ESTGOH na sede do Concelho.*
- *Substancial apoio à construção de Piscinas anexas à Escola da Cordinha.*
- *Concretização do IC6 e do IC7 no interior do Concelho e segundo a vontade já definida pelo nosso Município.*
- *Plano integrado para despoluição de rios, ribeiros e linhas de água*
- *Apoios financeiros para rasteio, combate e erradicação de pragas e doenças que estão a afectar a pecuária e a floresta.*
- *Uma previsão orçamental, especial, para re-equilíbrio ou compensação das Câmaras Municipais tendo em vista a aplicação de “preços sociais” para a água pública e para o saneamento básico, pois as perspectivas apontam para grandes subidas do custo, a curto prazo, destes bens e serviços essenciais.”*

Eu recordo que, na última ou penúltima Assembleia Municipal, tinha havido aqui uma conversa, quando foi da adjudicação da concessão à empresa Águas do Zêzere e Côa, no sentido de que a Câmara, na previsão de aumentos brutais nos preços, quer de água, quer do saneamento, houvesse preços sociais a estabelecer pela Câmara. O problema é que a Sra. Ministra, numa entrevista recente ao Público, disse que as Câmaras podem fazer preços sociais, desde que paguem. Isto é sempre assim. Seria justo que, nestas circunstâncias – não é só no nosso Município – houvesse uma compensação, através do Orçamento de Estado, para que as Câmaras pudessem fazer esses preços sociais.”

Seguidamente, o Sr. António Lopes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Nem de propósito e relativamente aquilo que eu tinha acabado de dizer, como muito bem disse o João Dinis, as inscrições são poucas. Como eu disse, era um pedido e não uma exigência. Mas eu gostava de lembrar à CDU, ao João Dinis e a todos os demais deputados, o número um do artigo dezassete do Regimento: “O período de “Antes da Ordem do Dia” destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ora, os partidos têm representantes na Assembleia da República para tratar assuntos gerais. É evidente que tudo isto que eu disse é do interesse de todos vós, como é lógico, mas o ordenamento jurídico português em termos políticos, tem os diversos patamares de intervenção e, portanto, nós estamos aqui com a preocupação primeira pelo nosso Município e é isso que diz o Regimento, neste artigo dezassete. Eu gostava de deixar dito que não tenho muita disponibilidade para pactuar com este tipo de situações. Era isto que eu estava a querer dizer e é para ver se nos orientamos logo de início porque o Sr. Deputado acabou por não dizer nada sobre a Junta de Freguesia de que é Presidente e também não disse nada assim de muito relevante relativamente ao concelho. É este tipo de situações que eu acho que devemos evitar para não estarmos aqui eternamente, como costuma ser. Isto que eu disse para a CDU é verdade para todos os outros. O tratamento será igual para todas as forças representadas.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção “O Orçamento de Estado 2010 e Autarquias”, tendo sido aprovada por maioria, com dez abstenções. Depois, foi colocada à votação a moção “Orçamento de Estado e PIDDAC – 2010”, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Em seguida, o Sr. Raúl Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto sobre a moção “Orçamento de Estado e PIDDAC – 2010”:

“Eu absteve-me na votação da presente moção porque, apesar de concordar com o reforço de verbas, como é natural pois todas as freguesias e municípios têm essa necessidade, não posso concordar com o posicionamento relativamente à ESTGOH.”

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis:

“Registo o facto da Mesa ter admito as moções para votação. Mas penso que, se eu fizesse uma moção a dizer “*para reforço das verbas da Freguesia de Vila Franca da Beira*”, além do mais era ridículo. Teria, então, que fazer uma moção que referisse “*o reforço das verbas para as freguesias*” porque as outras freguesias também têm direito. Portanto, não tendo falado expressamente na Freguesia de Vila Franca da Beira, em qualquer dos pontos em que eu falei, há assuntos que também atravessam horizontalmente a população da minha freguesia e das outras. E eu, nisso, até nem sou mesquinho.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte proposta:

“Queria propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Virgílio Hall, irmão do Dr. Tarquínio, antigo membro desta Assembleia, que, como sabem, deixou um legado ao Município de Oliveira do Hospital e à Freguesia de Lagos da Beira. Se o voto de pesar fôr aprovado, deve ser dado conhecimento do mesmo à sua Família.”

A Mesa colocou à votação a presente proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, o Sr. Aníbal Correia pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu venho aqui para, tal como o Sr. Raúl Dinis, denunciar o problema das descargas directas das fábricas de lacticínios para o Rio Cobral. Eu sei que o Vereador responsável pelo Pelouro do Ambiente tem conhecimento porque, numa delas, andámos os dois mergulhados no rio a recolher água para amostra para, possivelmente, os membros da G.N.R. responsáveis pelo Ambiente virem buscar. Mas, até hoje, ainda não vieram e ainda lá está num frasco. Além da cor – que não deixava dúvidas nenhuma que era das fábricas de lacticínios – o cheiro inundou completamente a Freguesia e não passou despercebido a ninguém.

Como a Câmara já tem conhecimento, pelo Vereador responsável, eu gostaria de saber quais foram as *démarches* que foram feitas para evitar que situações destas se voltem a repetir



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no futuro.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Engº José Vasco Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostava de trazer aqui a esta Assembleia um assunto relacionado com a colocação das ETAR’s neste concelho. Por aquilo que tenho visto, colocam-se e situam-se as ETAR’s em função de questões técnicas e não tendo em conta as questões paisagísticas e sociais. Aquilo que eu gostava que este Executivo fizesse é que intercedesse junto das Águas do Zêzere e Côa para que, se ainda fôr possível, essas questões paisagísticas viessem a ser tidas em conta. O assunto que eu melhor conheço é o caso de Alvôco das Várzeas, que é aberrante colocar uma ETAR no centro das várzeas, no nosso postal turístico, ao lado de um caminho pedonal, a cento e poucos metros de uma futura praia fluvial e a menos de cem metros de casas. É, de facto, uma aberração. Era possível ainda vir a colocar aquela ETAR noutra local. De facto, ficava mais caro. Mas era possível e é possível ainda. E eu gostava que o Executivo intercedesse e fizesse tudo para que isso viesse ainda a acontecer. Se queremos desenvolver turisticamente o Vale do Alva e do Alvôco, assim como todo o concelho, não podemos “dar-nos ao luxo” de estragar aquilo que nos resta, que é a paisagem.

E, a propósito da paisagem, também queria trazer aqui um outro assunto e que é a questão da doença do nemátodo da madeira do pinheiro. A doença do nemátodo, como a maior parte dos presentes sabem, começou em Portugal há dez anos atrás e foi detectada aqui na nossa região há sensivelmente dois anos. Ela não está cá há dois anos, está cá há quatro ou cinco anos, pelo menos. E no nosso concelho de Oliveira do Hospital, já está em todo o concelho. Ainda não é de forma drástica mas aquilo que está a acontecer no concelho de Penacova, no concelho de Santa Comba Dão, no concelho de Tábua, já nos dá a perceber aquilo que nos vai acontecer daqui a quatro ou cinco anos.

E aquilo que eu proponho a este Executivo é que também tenha uma voz activa na tentativa de atenuação deste problema porque resolvê-lo é impossível. Por várias razões. Primeiro, porque é o nosso património florestal e a nossa economia que estão em causa, tendo em conta que muita gente depende do pinheiro bravo e há várias indústrias relacionadas com o pinheiro bravo. Em segundo lugar, mais uma vez, pelas questões paisagísticas. Se o pinheiro bravo vai começar a morrer, os proprietários vão deixar de investir no pinheiro bravo. E aquilo que já está a acontecer, embora proibido, é a plantação, ao covacho, de eucalipto, de forma desordenada, sem remoção de terras porque a remoção de terras é proibida. Mas o que acontece é que ela já está a acontecer porque as pessoas não vêm futuro no pinheiro bravo. Por isso, é importante que esta Câmara tenha uma voz activa neste assunto porque é, de facto, muito grave e vai-se tornar cada vez mais grave no futuro.”

Interveio, depois, o Sr. Engº Carlos Inácio:

“Como todos vocês sabem, eu não vivo em Oliveira do Hospital. Sou de Oliveira do Hospital mas não vivo cá. Neste momento, até trabalho um bocado longe daqui. Mas hoje, quando vinha para aqui, não sei se era do frio ou não, senti um ar completamente diferente. Mas vinha com os vidros do carro fechados. Quanto mais me aproximava de Oliveira do Hospital, mais o ar era diferente. Provavelmente, muitos de vocês atribuíam-o ao frio que aqui se fazia sentir. Eu não. Atribuí-o à mudança ocorrida neste último Outubro aqui em Oliveira do Hospital, ao ar novo que se vive aqui, ao respirar novo que aqui se sente e ao bem-estar novo que também aqui se sente. E queria realçar isto aqui, neste momento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Queria realçar, também, o papel desta Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Câmara no relacionamento diferente que está a ter com as instituições, com as associações, com o Governo. Sabemos – não há nada aqui escondido, como havia anteriormente – que esteve em reuniões com o Governo, com as Obras Públicas, com a Educação, que há boas perspectivas aqui para o concelho de Oliveira do Hospital, que nós gostaríamos de louvor e que pretendemos louvar.

Queria também salientar as novas ligações com a Comissão de Desenvolvimento e Coordenação Regional, louvar o papel da Câmara, do Sr. Presidente e de todos os Vereadores. Queria também louvar o papel aqui dos Srs. Vereadores da lista de independentes, que estão aqui sentados connosco e que têm tido um papel activo na construção desta nova Câmara. Também o papel da mesma bancada aqui na Assembleia Municipal: queria louvá-lo e salientá-lo. Não queria deixar de fazer uma referência ao mau perder que se está aqui a sentir. Mas isso são outras águas e as águas, provavelmente, correm sempre para a foz e, quando correrem todas, já não se ouve falar nisto. Não vejo aqui, nestas mesas, os vereadores da actual oposição. Não sei onde é que eles estão porque entrei em cima da hora. Não se cá estão ou se não quiseram cá estar. É o papel da democracia neste concelho e é a democracia que temos neste concelho, naturalmente. Eu assisti sempre que os vereadores do PS estavam aqui sentados, gostavam de aqui estar e colaboravam.

O poder, como todos nós sabemos, e a democracia ensina-nos isso. Parece que aqui há alguns colegas que não percebem isso, pelas reacções que estão a ter, mas a vida ensina-nos a viver e ensina-nos o que é a vida. E a experiência é que nos ensina mesmo isso. E todos nós aprendemos. É bom estar do lado do poder mas também é bom estar do lado da oposição. E os diferentes lados são sempre bons e fazem-nos aprender o que é o estar, o que é o ser e o que somos nós próprios.

Como afirmou a Mesa, as intervenções vão ser poucas. Eu gostaria, também, de realçar o seguinte: eu gostaria que nós sempre fizéssemos isso – e vamos fazer, como bancada do Partido Socialista – que estarmos no poder ou estarmos na oposição, vamos louvar o que de bem é feito e vamos realçar o que de mau está a acontecer. Podem contar connosco para isso e podem contar comigo para isso. Não é por estarmos agora no poder que não vamos deixar de tocar e de dizer o que é que não está bem. E já vi aqui intervenções hoje, algumas na continuação do que está mal – normalmente dizem mal – e outras, pela primeira vez, vieram falar. Antes não falavam. Isso é que eu não consigo compreender, mas a vida também nos ensina isso.

Também queria aqui realçar a questão das confecções. É um problema, naturalmente, deste concelho. Sei que a Câmara e o Sr. Presidente da Câmara estão atentos a isto e a envidar todos os esforços para minimizar este efeito que pode ser acelerado neste concelho. Não se viu, anteriormente, nada feito. Olhava-se para o lado. O poder? Não quero saber do poder. Falar com o Governo? Nem pensar! Mas era o Governo, que em determinada altura foi da mesma cor, e era outro Governo que não foi da mesma cor. Essa é a postura. Nós temos de dialogar com o poder instituído, sejamos poder ou sejamos oposição.

Contrariamente ao que o nosso amigo João Dinis diz, queria também realçar o excelente acordo das pescas celebrado pelo Governo português em Bruxelas e que este ano nos dá um valor quantitativo de quotas muito superior ao que é normal e que foi isso realçado. Naturalmente, é positivo para o nosso País.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também queria dar um voto de congratulação a toda a Assembleia, com um excelente trabalho e um excelente futuro. Cá estaremos quatro anos a trabalhar e a colaborar em conjunto. Contem sempre connosco para a positividade das coisas. E contem para chamar a atenção a tudo o que tenha que ser chamado, não só pela positiva mas também pelo que de negativo possa acontecer. Não vi isso na anterior bancada e espero que, quando fizermos o balanço desta actividade daqui a quatro anos, os colegas que são da actual oposição – na crítica que fizerem, que têm direito de a fazer e que a devem fazer – digam “o Carlos Inácio, no dia dezanove de Dezembro disse isto, cumpriu e fez um excelente trabalho na Assembleia”, como toda a bancada do Partido Socialista o fez anteriormente e o vai continuar a fazer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Nuno Marques Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais e porque é a minha primeira intervenção, queria congratular-me com a disponibilidade deste Executivo, a nível de abertura para as juntas de freguesia. E refiro-me à criação do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia porque, sem dúvida, penso que vai ser importante no futuro, principalmente para os profissionais que desempenham os cargos a nível das juntas de freguesia, visto termos pouco tempo pós-laboração. Daí vai ser importante esse apoio a nível deste Gabinete.

Eu queria aqui deixar uma sugestão a todos os Presidentes de Junta, principalmente: no futuro e dentro de matérias que fossem comuns e, porque não, juntamente com o Gabinete de Apoio, apresentarmos aqui propostas em conjunto, até por uma questão de credibilizar as mesmas e, porque não, dar um peso maior aquando das suas decisões, quer perante o Executivo, quer perante outro tipo de órgãos extra locais. Penso que, acima de tudo, qualquer um de nós está aqui para defender os interesses da sua freguesia mas, se nos conseguirmos conjugar em conjunto, sairá beneficiado quer a própria freguesia, quer o próprio concelho. Voltando recentemente atrás, naquela primeira reunião que aqui tivemos, houve um ponto que se salientou logo e que foi a questão da organização a nível de contentores, a questão da higiene e da limpeza, e da passagem dos próprios camiões de recolha do lixo pelas juntas de freguesia. Eu penso que assuntos como esse seriam importantes até a nós. Porque não reunirmo-nos antecipadamente às Assembleias Municipais e sugerirmos em conjunto propostas em nome das vinte e uma freguesias?”

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis:

“Porque fui citado na intervenção do Sr. Eng^o Carlos Inácio, queria dizer que compreendo e que é perfeitamente natural e legítimo que se sinta satisfeito porque a candidatura do Partido Socialista venceu as eleições para a Câmara Municipal. Isso é perfeitamente legítimo. Mas é preciso ir devagar, mesmo quando se anda de automóvel e também quando se intervém. Porque, dos que aqui falaram hoje pela primeira vez, só o podiam ter feito hoje porque só foram eleitos agora. Os que falaram hoje aqui pela primeira vez foram, justamente, os que só foram eleitos agora. Antes, não podiam falar.

Quanto à questão de tudo ser mau, nem tudo era mau. Era o que faltava... Mas, olhe que isso da quota do bacalhau e o Tratado de Lisboa... Uma das questões do Tratado de Lisboa é que liquida, de facto, a nossa zona de protecção costeira. A frota do bacalhau vai para longe, não fica aqui nas nossas águas. E vamos, depois, saber quem é que são os donos da frota bacalhoeira que, agora, andam com pavilhão português. Quem é que são os donos? E



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais ainda: já tivemos mais quota do que a temos agora no bacalhau, mesmo agora, apesar do aumento. Mas, eu não ia falar da quota do bacalhau porque isso, de facto, não diz respeito à minha freguesia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Também me quero congratular pela forma determinada, empenhada, aberta e dialogante como o Executivo iniciou a sua actividade. É um indício positivo do envolvimento que vai ter com este concelho. Claro que isso terá que ser feito com a colaboração e o diálogo com todos, com os membros desta Assembleia e com a oposição. E, de uma maneira geral, quer-me parecer que o sentido de responsabilidade demonstrado até agora, nomeadamente pelos Srs. Vereadores da oposição, é positivo e deve ser relevado.

No pouco tempo que a Câmara está no exercício das suas funções, já tentou minimizar alguns efeitos de problemas que surgiram. Lembrar que já foi feita uma reunião com o Centro de Emprego de Arganil, foram feitas outras reuniões com os sindicatos, com o Governo. Ainda bem que já há algumas respostas em termos de actividades ocupacionais, o que demonstra que nem tudo é mau como, por vezes, algumas forças aqui parecem querer demonstrar.

Mas nós temos aqui um problema adicional, que eu vou deixar aqui e para o qual peço a reflexão de todos e, mais uma vez, a responsabilidade da oposição. Nós vivemos um período de crise estrutural do sistema que, como sabem, é importada. Há, depois, a relativização da repercussão da crise, isto é, como é que a crise se sente em cada local. Para além das dificuldades mundiais, como sabem – Grécia, Itália, Espanha –, para além das dificuldades nacionais – o *déficit*, o desemprego –, na zona do Pinhal Interior temos uma zona das mais mal preparadas para responder à crise. Já aqui o disse e já o escrevi num dos jornais. O Pinhal Interior Norte está a cerca de noventa e cinco por cento da média nacional, quanto à coesão, isto é, nós estamos relativamente bem cobertos em termos de rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e mesmo em termos de aposentações. Mas estamos nos últimos lugares quanto à competitividade, isto é, nós temos mais dificuldade em competir do que as outras regiões. Isto são dados estatísticos. Mas há um outro problema, que ainda é pior que este: Oliveira do Hospital pode sentir mais as consequências da crise porque o índice de envelhecimento é inferior. Isto é, dentro do Pinhal Interior Norte, só a Lousã, com cento e dezasseis por cento, e Miranda do Corvo, com cento e quarenta e oito por cento, têm um índice de envelhecimento inferior a Oliveira do Hospital. Oliveira do Hospital tem cento e cinquenta e oito por cento e a média do Pinhal Interior Norte é de cento e oitenta e um por cento. Isto poderia parecer positivo em épocas de crescimento, em épocas de pleno emprego. Mas é profundamente negativo porque nós temos um maior índice de desempregados do que os outros concelhos adjacentes. Eu já o disse aqui anteriormente e volto a chamar a atenção para isto. E, porque é que eu trago aqui este problema? Porque é mais uma razão para pedir o nosso envolvimento, o envolvimento de todos, salvaguardando as críticas em relação à Câmara, como é evidente e como já foi hoje aqui dito. Mas é mais um pedido que eu vos faço, uma vez que estamos numa situação pior, dizem-nos os números. Queria apelar à vossa responsabilidade para ultrapassar esta dificuldade, que é real e que ainda pode vir a agravar-se. Só com a colaboração da Câmara e com a vossa responsabilidade é que isto pode ser ultrapassado.”

Depois, o Sr. António Lopes, Presidente da Mesa, tomou a palavra para fazer a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte intervenção:

“Está concluído o período Antes da Ordem do Dia. Mas não queria deixar de fazer mais uma referência: como se verificou, um Sr. Deputado fez três intervenções neste período. Como disse, estamos no período natalício. Mas que fique claro que, com este Regimento, eu não vou transcender nestas situações. O plenário é sempre soberano. Se assim o entenderem, muda-se o Regimento. Eu estou aqui para interpretar o resultado das eleições e a representatividade que cada uma das forças aqui tem. E, com o dever de reserva que eu entendo que devo ter mas também penso que todos esperam de mim que eu me esforce por fazer cumprir o Regimento e por fazer respeitar a vontade do eleitorado que nos aqui colocou. Portanto, eu quero deixar aqui claro que não transigirei nessa situação.”

Interveio, em seguida, o Sr. Dr. Manuel Garcia Morais, Presidente da Junta de Freguesia de São Gião:

“Queria salientar o papel positivo, pelo menos para já, de termos tido uma visita do responsável pelo Gabinete das Freguesias. Queria salientar esse aspecto, que penso que foi positivo.

Também queria aproveitar as palavras do Eng^o Vasco que falou muito bem na questão das ETAR's por algumas das freguesias e o mesmo também se aplica à minha. Deixar esta recomendação à Câmara porque a ETAR de São Gião anda dois dias e para dez. Aquilo causa transtornos, nomeadamente nas vias. Também ter cuidado com a questão ambiental. Não foi por falta de atitude do Presidente da Junta que a ETAR se encontra localizada onde está a ser construída. Podia ter ficado mais distante das habitações, mais distante do Centro Histórico, mais distante daquilo que o Eng^o Vasco aqui disse.

Também deixar uma recomendação e uma palavra ao Sr. Presidente do Município para a questão das valetas da estrada municipal entre a Ponte de São Gião e São Gião porque, segundo sei, está a acabar o prazo de garantia e torna-se importante falar com a construtora que executou a obra, no sentido de que aquelas valetas estão uma vergonha, estão completamente desfeitas. Se a Câmara pagou, é bom que exija à empresa.

Ressalvar também um aspecto que acho que é fundamental e que também é positivo e que tem a ver com a limpeza que tem vindo a ser efectuada, nomeadamente na minha freguesia. Queria salientar este ponto positivo porque vem sendo feita de forma rigorosa, criteriosa e muito bem feita.”

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos e informações solicitadas:

“É a nossa primeira Assembleia, neste novo mandato de dois mil e nove a dois mil e treze, e, por isso, há coisas novas. E uma coisa nova que acontece neste Município e que é relevante, é que tenho plena consciência de que tenho um Executivo minoritário e uma Assembleia minoritária. E isso, na minha opinião, é uma razão forte e que diferencia politicamente em relação aos projectos anteriores, que assentavam numa maioria confortável. Eu tenho absolutamente consciência dessas limitações, como vocês podem perceber. Há, neste momento, três forças políticas em termos de Executivo: o PSD com dois vereadores e a segunda força mais votada, e os independentes Oliveira Sempre, também com dois vereadores. E, tenho que ser honesto e dizer que esta minoria, da nossa parte, não me preocupa. E não me preocupa porque, daquilo que tenho visto, as pessoas têm consciência plena que fomos nós que tivemos a maioria de votos e que o povo, os eleitores de Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospital quiseram que fossemos nós a governar. Logicamente que as outras forças têm direito à sua opinião e isso obriga a uma ginástica e a um trabalho de os ouvir e de criar consensos. E isso é fundamental. Mas, independentemente disso e se eu tivesse hoje uma maioria, garantivos aqui que faria o mesmo tipo de actuação porque é fundamental percebermos que, mesmo as maiorias, não nos dão o direito de nós fazermos aquilo que queremos sem ouvirmos os outros. E é essa abertura que eu quero que o meu Executivo tenha. Mas também gostaria de ressaltar aqui que, se tivesse essa maioria, fazia o mesmo.

E, até agora e em termos das reuniões do Executivo, na minha opinião tem havido uma participação positiva das outras pessoas. E percebe-se também nitidamente que, muitas vezes, sobre o mesmo assunto, as pessoas têm formas diferentes de o ver. E têm a legitimidade – porque isso é que é democracia – de também o manifestarem, desde que persigam uma coisa que é fundamental e que é o interesse do nosso concelho. E daria até um pequeno exemplo prático, porque fui professor. Aliás, sou professor. Quando uma pessoa olha para uma garrafa – temos aqui um conjunto de pessoas – cada um vê esta garrafa de maneira diferente porque tem uma perspectiva diferente ou porque tem aquele ângulo ou tem o outro. E é esse respeito que eu quero que haja neste município e que haja, sobretudo, a todos os eleitos.

Toda a gente sabe e assumo aqui publicamente e sem reservas, que tentei fazer um acordo com o grupo dos independentes. Tentei fazer um acordo, achando que é fundamental para o meu concelho ter uma determinada estabilidade. Não aquele autoritarismo de uma maioria. Não era para isso que eu o queria. Era para uma participação crítica, também, de ideias diferentes e da conjugação de programas eleitorais diferentes.

E, quanto ao Plano e Orçamento, nós tivemos o cuidado de pedir a todas as forças políticas que nos quisessem dar sugestões, que o fizessem. E reunimo-nos. Isto só para dizer que, realmente, eu quero aqui um processo democrático, sem problemas das pessoas assumirem as suas posições, desde que eles, como eu disse, persigam o bem do nosso concelho.

E esta era uma pequena introdução que eu queria fazer porque penso que vou contar convosco – tal como na Assembleia, não havendo aqui uma maioria –, porque todos nós que estamos nesta sala estamos interessados que isto corra bem e que haja um bom trabalho para o concelho. Até porque os tempos estão difíceis e isto não está para brincadeiras. E o povo não iria perceber que há um projecto que ganhou e que outras pessoas não o deixem governar. Eu tenho a certeza que isto não vai acontecer. E mesmo achando bem que as pessoas aqui, nos lugares próprios, nas suas divergências, nos questionem.

Há bocado, quando ouvi elogios, ainda sem fazermos nada, até estava a pensar numa frase simples, que se costuma dizer: “os ciganos não gostam de ver bons princípios.” E nós costumamos, depois, dizer a seguir: “aos filhos dos outros”. Acho que ainda não é altura para elogios. Os elogios serão mais à frente, conforme o nosso mandato e o nosso desempenho. Isso é que, na minha opinião, vai ser fundamental. Não tenham dúvidas que nós estamos a ter uma determinada atitude, consubstanciada nalguns factos de diferenças nas formas diferentes de ver os assuntos, como eu disse. E, por isso, eu gostava que, realmente, esta Assembleia tivesse uma participação e que as pessoas possam participar criticamente, achando o que está mal e achando o que está bem. Só assim é que todos nós podemos construir um concelho melhor. E a minha equipa e, concerteza, o Partido Socialista que hoje está cá, tem um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caminho próprio porque temos um programa eleitoral. Mas isso não nos deixa, de modo nenhum, que nós não possamos ir buscar, aos outros programas eleitorais, boas ideias, e construí-las em conjunto. Tentemos cumprir o nosso programa. Vamos tentar cumprir o nosso programa. É esse o nosso objectivo. E eu acredito que o nosso programa, que era bastante ambicioso e que, se calhar até lá entraram algumas coisas porque não dei conta... Mas vamos tentar cumpri-lo na íntegra. Mas isso não nos impede que nós tenhamos outras ideias que não sejam nossas, pelo contrário. Ainda no Plano e Orçamento, desafiei as forças políticas a darem-me alguns contributos. Quem quis reunir comigo, esteve à vontade e reuniu. Foi o caso dos independentes. O P.S.D., nessa área, não me quis fazer chegar nenhuma proposta, concerteza porque tinha muita coisa na linha de continuidade deles. Isto era uma pequena introdução, para nos situarmos naquilo que é a crítica e o respeito pela diferença de opinião.

A resposta ao Sr. Raúl Dinis, deixava-a para juntarmos à resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge. Daríamos a resposta em conjunto porque o tema foi o mesmo.

O João Dinis deixou aqui uma pergunta sobre o IC mas entregou-me uma folha com umas perguntas que pedia a resposta por escrito. Mas não me importo de responder aqui a estas perguntas, até para um esclarecimento mais global.

Quanto ao IC 6 e o IC 7 dentro do Município: logo no início, pedi uma reunião ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas. Pedi-lhe uma reunião para discutir algumas coisas porque – principalmente sobre o IC 37 – chegavam-me algumas más notícias, aqui através de alguns canais não muito políticos mas de pessoas minhas amigas. Eu desloquei-me a Lisboa com o meu Vice-Presidente para termos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado. Para quem quiser, tenho aqui os mapas que, em princípio, são os definitivos. Há aqui só um pequeno problema na zona da Bobadela: se se aproxima mais da Bobadela ou se se afasta mais da Bobadela. Estão aqui os mapas do IC 6 e do IC 7. Os traçados, tirando esta pequena alteração, estão definidos neste momento.

Inclusivamente, sobre isto, estamos a tentar fazer uma coisa que já não fazem nas obras: dantes, havia umas ligações aos nós. Mas, o que é que acontece? Vai haver um nó na zona de Travanca e esse nó embica na estrada que vem de Travanca. O que é que eu acho que nós devemos fazer e devemos lutar? E disse isso ao Sr. Secretário de Estado. Já que aquele nó vai-nos trazer ali mais um volume de trânsito, eu não vejo que esse volume de trânsito que se desloque até para o lado de Midões, que atravesse Travanca de Lagos. Não pode atravessar Travanca de Lagos. E eles têm que fazer uma coisa: quando forem estas obras, têm que fazer uma variante a Travanca de Lagos. É fundamental. E nós já temos os desenhos feitos para mandarmos para baixo. Porque não se continua a perceber que haja ali um volume de trânsito a passar por dentro de Travanca. Não tem sentido. O Sr. Secretário de Estado disse que havia um problema porque estas obras complementares agora não são feitas à parte. Estas obras complementares são metidas no orçamento do IC. E eu, logicamente, também disse ao Sr. Secretário de Estado que ninguém melhor do que ele, que é de Oliveira do Hospital e que conhece a realidade, que me meta essas obras complementares no IC.

E algumas obras complementares porque há mais um nó que eu penso que o deveríamos melhorar: há um nó que tem alguns problemas técnicos, que é aquele que dá para o lado de Lagares e que dá para o lado de Oliveira do Hospital e que fica na zona da Fontanheira, mais acima. É preciso nós criarmos uma via, melhorando esta que está neste momento e que vem à cidade e que vem àquelas rotundas, mas fazendo uma coisa: não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrando, sendo directa. E há ali um desnível brutal, como sabem, entre a zona industrial e a estrada de Lagos. Era preciso cortarmos ali para que haja, na zona industrial, uma via de acesso tirando os pesados de dentro da rotunda da Iral. Também acho que é legítimo e é lógico nós lutarmos por esta solução. E, depois, há aqui mais duas ou três situações que depende de até onde nos deixam ir. Eu sei pedir e nós vamos pedir muito. Até porque, sou sincero, na zona de Travanca eu vou pedir uma estrada que me faça a ligação à Estrada da Beira. Não sei se vai ser possível porque os sinais não foram assim muito positivos. Mas que eu vou pedir e lutar por isso, vou. Pareceu-me que era um bocado difícil, derivado à sua extensão. Mas, é a minha obrigação, como Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, fazer essa defesa.

Um grande problema que se põe é o problema do IC 37, que é o IC que nos ligará daqui a Viseu. Numa primeira fase, tinha três corredores. Um, entrava muito dentro do concelho, passando na zona industrial do Seixo, entraria aqui num nó e passaria a sul, a oeste de Nelas e a este de Canas. Aqui, percebi o seguinte: há para aí uma flor, que parece que qualquer dia estamos aí com um problema no concelho. E, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, o Sr. Presidente da Câmara de Vila do Conde, que é um homem muito mais experiente que eu nestas lides políticas e é um homem “com pergaminhos”, fez um balanço altamente crítico de como o ambiente hoje impede tudo em Portugal. Ele disse isso e reivindicou que isto tem que ser alterado, que há regras que têm que ser alteradas.

E, lá na Secretaria de Estado, uma assessora do Sr. Secretário de Estado, mostrou-me e disse-me. E disse “mas porque não é este que passava aqui no concelho?” Mostraram-me umas coisas, que disse que são uma exploração de minério na zona do Seixo e da Sobreda. E eu disse “mas, não há nenhuma exploração de minério lá e como é que têm aqui que existe lá uma exploração de minério?” O que lá há, hoje, é uma exploração de areias, que é uma coisa completamente diferente. Não conheço minério nenhum que se venda dali. Mas têm lá uns traçados e disseram que não pode ser porque temos os minérios e temos os narcisos.

Disseram-me também – e aqui eu não confirmo – que os técnicos do ambiente, quando vêm fazer os primeiros traçados, houve Câmaras Municipais que fizeram determinada pressão e o Município de Oliveira do Hospital tinha tido uma posição – e eu não digo se isto foi verdade ou mentira porque ainda não discuti isto com as pessoas – em que disse mais ou menos isto “para nós é importante o IC e, se é mais aqui ou mais ali, não é importante porque as ligações ficam rápidas a Oliveira do Hospital.” Eu também não estou aqui para garantir que isto foi verdade ou que foi mentira. Disseram-me lá. Ouvei eu e ouviu o Vice-Presidente. Dados adquiridos é que esta, que eu defendia, que achava que era a melhor para o concelho, que atravessava o concelho e seria um pólo de desenvolvimento do concelho, seria esta que passaria no Seixo da Beira e que, neste momento, está absolutamente afastada. E há dois traçados, que também penso que estarão aqui. Há um traçado que vem entre Seia, mais a caminhar para Oliveira do Hospital. Não muito. Vai antes de Paranhos, vai entre o Chaveiral e a Sobreda, apanha um canto das Pedras Ruivas e sobe a Nelas, virando nós para Nelas, do lado direito, a este. E há outro traçado, que entra entre Seia e Gouveia, vai quase a Paranhos mas pelo lado contrário e, depois, deriva para Mangualde. Eu perguntei: “mas isto não tem sentido. Porque é que existe este traçado?”. Responderam-me “Porque os homens do ambiente... E houve Câmaras Municipais que se souberam mexer.” Essas Câmaras Municipais foi a Câmara Municipal de Nelas que o quis afastar um bocado do seu território,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi a Câmara Municipal de Mangualde – na altura também do PSD – e a Câmara Municipal de Gouveia. E penso que Viseu também deve ter tido ali alguma influência. Não me disseram isto assim claramente. Falaram muito nos abaixo-assinados. E disseram-me também uma coisa que eu não percebo muito bem: “os técnicos vão lá e quando vão falar, eles também ficam sensíveis, e quem não levantar problemas, para eles é o melhor.” E o Sr. Secretário de Estado disse-me “é que isto, agora, se o Senhor quer defender o traçado que está cá, neste momento eu não tenho possibilidades porque isso está no Ambiente e é o Ambiente que vai decidir isso. O que eu aconselho é que, quando estiver em consulta prévia, os Senhores, na Assembleia Municipal e outras associações, se juntem e façam uns abaixo-assinados para defenderem aquilo que vocês pensam que é mais justo para Oliveira do Hospital.” E, neste momento, estamos à espera da consulta prévia. Eu tenho uma reunião, no dia vinte e seis de Dezembro, aqui na Câmara Municipal, com a Sra. Ministra do Ambiente, onde também quero esclarecer isto. Logicamente que o traçado, o corredor do IC 37 que nos interessa é aquele que passa entre o Chaveiral e a Sobreda. E também disse ao Sr. Secretário de Estado: “mesmo assim, não estou muito contente com este porque me deixaram fugir o outro, que passava na zona. Mas, agora, vou dizer-lhe uma coisa: o que eu vou exigir é que nos façam uma ligação directa entre esse nó – o nó de Paranhos – em relação à zona industrial da Cordinha, porque isso tem a ver com o desenvolvimento da zona industrial da Cordinha, e que me ligue, pelo lado do Moinho do Buraco, ao cruzamento depois da ponte”. Há aqui um problema porque o Município anterior lançou concurso – ainda não foi adjudicado – para a estrada do Moinho do Buraco à zona industrial do Seixo e ao limite de Travancinha por oitocentos e cinquenta mil euros. Eu queria ver se nós, agora, protelávamos por algum tempo isto, para eu ganhar esses oitocentos e cinquenta mil euros, até porque eu acredito que as Estradas de Portugal não nos iam deixar aquela ponte – se fizermos ali uma coisa moderna – que, logicamente, ficará se fôr a Câmara Municipal a fazer aquela obra. Por isso, sobre isto, está neste ponto. E, logicamente – também não vale a pena andar aqui a pensarmos ou deixarmos de pensar – por ser um Governo do Partido Socialista e tendo eu sido eleito pelo Partido Socialista, ninguém pense que eu vou deixar ou dar isto de barato, sem uma luta feroz em defesa dos interesses daquilo que eu considero que são os interesses do concelho de Oliveira do Hospital. Sobre isto também não há dúvidas nenhuma. O meu posicionamento é isto. Quem gosta, gosta; quem não gosta, come menos. Mas ficamos a perceber que esse vai ser o meu posicionamento. E vai ser um posicionamento incómodo. Mas eu estou convencido que há condições políticas para nós tentarmos resolver isto. Isso é outra coisa.

Entretanto, fiz outras coisas, não fiquei aqui só pelas palavras. Já reuni com um conjunto de Presidentes de Câmaras, aqui nossos, aliando-os a esta luta e eles fazerem o mesmo que nós vamos fazer. Eu estive com o Sr. Presidente da Câmara de Seia, que é um homem muito importante neste processo. Para ele, ficar-lhe à direita ou à esquerda, é-lhe um pouco indiferente. E, depois, também é preciso nós dizermos que Mangualde não tem sentido. E porque é que Mangualde não tem sentido? Porque já lá tem a A25. Está de “barriga cheia”. Então, vamos lá meter mais uma quando já tem? Depois, há outro que também vai ser concluído, que é o IC 12. E o IC 12 vai de cá de baixo de Santa Comba, Carregal, vai passar ao lado de Nelas e vai encaixar na A 25. Por isso, nós falamos de “barrigas cheias” enquanto os outros estão de “barriga vazia”, é fácil. E é contra isso que nós temos que fazer. Também os Presidentes das Câmaras do Carregal do Sal, de Penacova, de Arganil, da Lousã, de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tondela, são aliados que neste momento tenho e que eles se disponibilizaram porque fiz uma reunião com eles. Pedi-lhes “vocês têm todos a ganhar”. E têm.

Como há outra estrada, que também levei e que também acho que era fundamental. Há uma estrada, que foi inaugurada há pouco tempo e que a primeira vez que lá passei foi agora na quinta-feira, que fui a uma reunião da Associação do Planalto Beirão, e que é Carregal do Sal – Tondela, que tem uma estrada muito boa, neste momento. É uma estrada 230. Disse-me o Sr. Presidente da Câmara de Tondela que tem lá uns problemas para resolver. Ele também já esteve com o Sr. Secretário de Estado e já lhe disse que precisamos de fazer uma ligação entre o Carregal do Sal e a zona de Ervedal da Beira. É fundamental, também. E desalavancar este concelho desta pobreza que nos tem atravessado por tantos governos. Porque, quem não tem vias de acesso, não consegue atrair determinado conjunto de pessoas. Sobre isto, sou claro.

Depois, o João Dinis também perguntava se vai ser dado cumprimento a algumas deliberações da anterior Assembleia Municipal. A rua da cidade com Fernando Lopes Graça. Eu, sobre isto, queria dizer o seguinte: eu acho que houve um ciclo que se fechou, em termos políticos. E esta Assembleia Municipal não é mesma Assembleia Municipal anterior. De qualquer maneira, o que eu proponho ao Sr. Presidente de Junta é que, como é uma Assembleia nova, que numa próxima Assembleia... Eu penso que isto também passa pelas Juntas de Freguesia, inicialmente. Que se fale com a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e que se traga isto a uma proposta. E eu farei uma coisa: respeitarei o que esta Assembleia Municipal decidir. Por isso, estou perfeitamente disponível para enquadrarmos esta situação.

Sobre criar o Provedor do Ambiente e dos Recursos Naturais, o meu programa eleitoral tinha uma figura que era a criação de um Provedor do Município, que é uma coisa mais abrangente. E eu estou a pensar criar essa figura do Provedor do Município que abrangerá, como percebem, num concelho com as nossas características, este Provedor Municipal do Ambiente e dos Recursos Naturais. Mas, numa primeira fase, que não temos nenhum e nunca tivemos nenhum, acho que devemos criar um Provedor do Município, onde entrem estas especificidades. Mas agora, nesta primeira fase, como não temos nenhum, hei-de vir trazer à Assembleia Municipal um nome para ser aqui discutido e ser aqui votado.

Sobre as principais medidas do Plano de Emergência: o Plano de Emergência veio aqui à Assembleia mas não foi aprovado. A Assembleia deu um parecer porque a Assembleia não aprova o Plano de Emergência. E vai haver uma reunião no dia vinte e oito de Dezembro, da Comissão Municipal de Emergência e Protecção Civil, onde irá também ter um parecer. Só depois disso é que irá para o Centro Distrital de Operações de Socorro que, depois, emite ainda um parecer. O processo segue, depois, para a Comissão Nacional de Protecção Civil, que o aprova. Isto é, neste momento, na minha opinião, nós não o podemos implementar por uma razão. Não quer dizer que ele não esteja subjacente, se acontecer alguma coisa, que uma pessoa não recorra a ele neste momento, mas ele ainda não está aprovado. Ainda lhe faltam estes passos todos. Por isso, no dia vinte e oito de Dezembro é mais um passo. E uma das coisas que eu tenho, realmente, encontrado nos “corredores do poder”, às vezes, é uma burocracia tremenda, que me aflige e que me angustia.

Sobre outra pergunta que está aqui: “vai a Câmara ou não assumir as candidaturas do anterior Executivo para a construção da nova ESTGOH na Acibeira?” Sobre a ESTGOH, neste momento, a minha ideia é – eu disse isso à comunicação social noutra dia – fazer



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas reuniões. Ainda não reuni, porque vai haver eleições na Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Tenho até um almoço na quarta-feira com este Presidente, o Dr. Nuno Fortes. E também tenho uma reunião com o Presidente do Politécnico, que é o Prof. Rui Antunes. Porque isto é uma coisa que temos, realmente, que trabalhar em conjunto. Havia alguém que, há tempos, até me dava uma sugestão: “se fosse eu ao Município, começava a fazer as instalações para pressionar o Governo a entrar nisto.” Mas eu pergunto: umas instalações daquele tipo, se eu vou fazer aquilo que é da responsabilidade do Estado, estou a tirar dinheiro do meu concelho e das minhas freguesias. E eu preciso desse dinheiro para as minhas freguesias. Aquilo que eu posso ajudar, que, às vezes, é o “primeiro pontapé”, é fazermos o projecto. Para, depois, podermos dizer “temos aqui o projecto”. Mas são despesas comportáveis pelo nosso Município. E é isso que eu estou a pensar fazer.

E não estou a pensar deixar cair a luta das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Eu acho que ela deve ficar localizada – estão os terrenos comprados – em Oliveira do Hospital. Porque, para a Acibeira, haverá outros projectos. Está, claramente, a minha decisão tomada sobre isso. Realmente, precisamos de fazer qualquer coisa porque um grande problema é o número de alunos. Eu, outro dia, lembrei-me da Escola Superior, porque vi uma reportagem sobre um Pólo da Universidade de Vila Real de Trás-Os-Montes, em Miranda do Douro, que terminou porque tinha dois alunos e três funcionárias. E passaram-nos para Vila Real. E pensei que, se calhar, tem que haver alguns estudos e temos que pôr aqui alguns cursos com alguma competitividade. Porque, se nós não tivermos alunos, não há escola. Também não vale a pena andarmos aqui a enganarmo-nos uns aos outros. E, na minha opinião isto passa também por uma coisa: passa por um trabalho da Direcção da Escola e saber quais são os cursos. Há aí algumas ideias que não gostaria de as anunciar hoje porque ainda não as discuti com ninguém. Mas há aí algumas ideias que podem vir a rentabilizar a Escola numa determinada área, numa área empresarial de futuro e de cursos ligados a essa área. Mas isso, ainda não tenho certezas de nada. aguardo e espero que se possa concretizar esse sonho – porque seria um sonho – e resolver esses problemas.

Quanto à candidatura para a prevenção de incêndios na zona norte do concelho, apresentada ao AGRIS, vou dar a resposta por escrito por uma razão: vou falar com o meu Gabinete Florestal e até podemos fazer uma reunião para vermos o que podemos fazer. E há aqui um outro princípio que também se vai adoptar aqui na Assembleia, comigo: quando não souber uma coisa, não vou inventar que sei. Tal como fiz agora, que não conhecia este problema, vou documentar-me e, depois, dar a resposta.

Agora, vou passar a palavra ao meu Vice-Presidente.

Sobre as descargas dos rios, é fundamental termos um plano e fazermos algumas reuniões com o Instituto Hidrográfico. É preciso resolver este problema dos efluentes do queijo, de maneira diferente. Neste momento, a Universidade de Coimbra está para assinar um protocolo connosco, que hei-de levar a uma reunião do Executivo para o aprovar. A ideia ainda está muito na ideia. O que era possível era construirmos uma estação de tratamento só para os efluentes do queijo. Mas uma coisa que fosse rentável economicamente, para resolvermos estes problemas. Senão, nunca mais os resolvemos. E eu lamento, aqui, que o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge tenha dito que tem lá a garrafa com a recolha e não a tenham vindo buscar para identificação. Isto é uma vergonha por uma razão simples: porque, às vezes, aparecem aí pequenas multas de uma queimada pequena, de pessoas pobres



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que até a estão a fazer. E é a mesma brigada. Estão a fazer umas pequenas fogueiras nos quintais deles em que não há nenhum perigo de incêndios e eles multam-nos. Ainda se houvesse perigo, até se percebia. E eles multam-nos e dão para aqui uns processos que, às vezes, dão trabalho aos serviços que não era necessário. E, nas coisas que eram importantes, não actuam. Actuam naquilo que é fácil. Por esse facto da não recolha, penso que segunda-feira faremos um ofício a dizer isto deste nosso descontentamento e dizendo isto mesmo que eu acabei de dizer aqui.

Sobre o que Eng^o José Vasco Lencastre disse sobre as ETAR's, como percebe, neste momento, não tenho nenhum tipo de responsabilidade, nem sei se as ETAR's foram negociadas ou não com o anterior Executivo. Desconheço perfeitamente se foram ou não. Há duas ou três coisas que eu sei: parece que aqui, Oliveira do Hospital, não tem tido muita sorte com as empresas que fazem as ETAR's. eu já estive em duas ou três reuniões. Estiveram cá os administradores das Águas do Zêzere e Côa. Estive numa reunião em Belmonte só com os Presidentes das Câmaras Municipais que fazem parte das Águas do Zêzere e Côa. À parte, porque precisávamos de tomar uma decisão. E porque é que houve essa reunião sem a administração? Por uma razão simples: porque ia haver uma Assembleia das Águas do Zêzere e Côa e sabem o que é que eles tinham lá? O aumento das tarifas. Então, nós criámos uma estratégia porque não íamos permitir que aumentassem essas tarifas. E ficou uma posição bastante dura, da parte das Câmaras Municipais, para ir para essa Assembleia. Só que eu não estive presente. Não é que essa Assembleia não fosse importante mas foi o Dr. José Francisco Rolo que esteve presente porque eu considereei que tinha uma reunião ainda mais importante do que essa. Era com o Presidente do IAPMEI, no Governo Civil, por causa da crise dos têxteis e de alguns incentivos. E foi no mesmo dia e à mesma hora. Também estiveram do Instituto de Emprego e uma comissão da Segurança Social de Lisboa, para vermos se arranjamós aí algumas soluções daquilo que mais aflige o concelho e que é o desemprego neste momento. E o José Francisco esteve lá e eu sei que as Câmaras Municipais não chegaram a tomar essa posição de força – que eu não vou dizer agora aqui em que termos – porque veio o administrador principal das Águas de Portugal e retiraram esse ponto da ordem de trabalhos.

Sobre as ETAR's, eu penso que há alguma possibilidade. E nós temos já aqui um exemplo em que estamos a trabalhar. Está aí o Sr. Presidente da Junta da Lajeosa que sabe que houve um problema com os terrenos da ETAR porque ela ficava num Prado. Agora, o senhor do terreno até já está disponível. E também já falei nessa reunião com o Conselho de Administração e eles hão-de vir cá para ver se encontramos uma nova solução para a ETAR da Lajeosa, achando que ela não está muito bem localizada. E, às vezes, há coisas que vem por bem e há coisas que vêm por mal. É que as empresas a que estavam aí adjudicadas essas ETAR's, neste momento, entraram com alguns problemas financeiros. E isto está um bocado parado. Por isso, este compasso de espera... Eu vou levar este problema da localização das ETAR's, e vou falar com os Senhores Presidentes de Junta, ver o que é que podemos fazer. E, um dia destes, vou-os convidar para breve, para irmos todos lá e vermos algumas soluções. Porque, na Lajeosa, houve alguma disponibilidade para alterarmos o sítio onde ela estava. E, em relação a Alvôco de Várzeas, percebo perfeitamente.

Mas, eu sou sincero: vejo com muitas dificuldades o que é que poderá acontecer nisto e até à própria empresa Águas do Zêzere e Côa. Estou muito preocupado porque eu acho que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o concelho tem um problema gravíssimo – disse-o durante a campanha e digo-o agora –, que é o problema dos esgotos. Para mim, a seguir ao desemprego, é o segundo mais preocupante. E, perante esse quadro, eu gostaria de resolver estes problemas rapidamente. Mas, pode até acontecer que haja só uma empresa, que isto acabe tudo e que haja uma empresa nova, só feita pelas Câmaras Municipais. Por isso, nós aguardamos o desenrolar. Neste momento, tenho que continuar a falar com eles porque são eles que têm os projectos. Mas, de qualquer maneira, vocês percebem que não se pode vir para aqui – e isso também será um dos assuntos que sensibilizarei a Sra. Ministra do Ambiente – e haver aquela ideia do “utilizador-pagador” a nível dos custos porque, neste momento, era impossível. Era impossível que as pessoas pagassem, realmente, aquilo que é aquele custo. E a Câmara Municipal sabe que nunca pode fazer uma alteração dramática, a mudar de repente tudo, para, depois, as pessoas não aguentarem a despesa. Por isso, teria que haver sempre da nossa parte essa solidariedade, em relação, sobretudo, aos mais desprotegidos e aqueles que têm menos recursos financeiros. Por isso, vamos ver o que é que acontece mas não é uma coisa que seja fácil.”

Seguidamente, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Lagares da Beira e de Meruge relativas às descargas no Rio Cobreal, quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Lagares da Beira pelo alerta e ao Sr. Presidente da Junta de Meruge pela denúncia atempada, logo no dia vinte e quatro de Novembro. De facto, recebi um telefonema do Aníbal Correia para ir a Meruge. O Rio Cobreal estava num estado lastimável. A matéria poluente, que nós desconfiamos que fosse resultado da indústria de lacticínios a montante de Meruge, era densa. O Aníbal disse que a descarga teria sido no final da tarde. Depois, andámos ali a indagar à volta e, provavelmente, a descarga foi no início da tarde, por volta das duas horas. Entretanto, ligámos logo para a GNR. Foi a primeira reacção. Encaminharam-nos para a Brigada do Ambiente, da Lousã, e andámos nas margens do rio a fazer recolhas. Isto para responder o que é que foi feito a seguir. Aquilo que fizemos, no imediato, foi despoletar, junto das autoridades, denunciando o que se estava a passar.

Ao outro dia, liguei imediatamente para a Brigada da Lousã e disseram-me que tinham tomado conta da ocorrência. Nós recolhemos, de facto, uma amostra de água poluída. Agora, se eles não a vieram buscar, eu, com todo o gosto, com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Lagares da Beira e de Meruge, faço questão de a ir levar à Brigada do Ambiente da Lousã. Não é um acto de protesto, mas é um acto de sensibilização. Estas matérias, se exigem a minha disponibilidade para andar nas margens do Rio Cobreal, às dez da noite, acompanhado com o Sr. Presidente da Junta de Meruge, também tenho disponibilidade para ir à Lousã entregar isso e para demonstrar que têm que ter disponibilidade para virem de imediato ao local. E o Sr. Presidente da Junta de Meruge sabe quanto tempo estivemos à espera das autoridades, num dia de frio e geada. Estivemos uma hora e meia à espera das autoridades. Não apareceram e eu acabei por me vir embora. Ao outro dia liguei ao Aníbal Correia e tinha lá ido a Brigada. Se não levaram o *gerrican*, que era uma prova cabal e esclarecedora da densidade do volume de poluição, concerteza que o material não se adulterou e podemos ir entregá-lo à Lousã. E fazemos isto num acto de sensibilização e não de qualquer hostilidade.

Relativamente ao que foi feito a seguir: contactámos as autoridades. É o mínimo que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podemos fazer. E o que é que podemos fazer *a posteriori*? O Sr. Presidente da Junta de Meruge apontou-me uma solução mas não é viável. A verdade é que existe, a montante de Meruge, um conjunto de empresas ligadas aos lacticínios, que produzem material poluente. Nós temos que pensar aqui que aquelas empresas criam postos de trabalho e que esses postos de trabalho têm que ser sustentáveis. Mas existe uma coisa chamada responsabilidade ambiental das empresas e as empresas têm que assumir essa responsabilidade ambiental. A verdade é que, muitas vezes, não há o cumprimento dessa responsabilidade ambiental. Nós não podemos criar condições para aniquilar postos de trabalho, quando eles escasseiam, mas também temos que proteger esse bem cada vez mais violentado, que é o ambiente.

O que é que nós podemos fazer? Como disse o Sr. Presidente da Câmara, na quinta-feira houve uma reunião da Assembleia Intermunicipal do Planalto Beirão, onde esteve também o Vereador do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Seia e estivemos a falar com ele. Vai haver, a breve trecho, uma reunião com o Município de Seia para um outro projecto para o Vale do Alva, e o assunto relacionado com a poluição do Rio Cobral também vai estar em cima da mesa, no sentido do Município de Seia também sensibilizar as suas empresas para a responsabilidade ambiental que têm. Isto é aquilo que podemos fazer. Depois, há um outro passo que é o passo que decorrerá desse projecto que resulta do protocolo que estamos a assinar com a Universidade de Coimbra. Mas, a intervenção que podemos fazer é no nosso município porque não podemos fazer ETAR's no município de Seia. Tanto mais que algumas dessas empresas – pelo aquilo que sei e que me inteirei – até dispõem dessas infraestruturas, têm ETAR's. Mas, essas ETAR's devem é ter os órgãos afinados, devem funcionar correctamente e não aproveitarem uma eventual chuvada para fazerem essas descargas pela “calada da noite”. Naquele dia, foi pela “luz do dia”, foi a partir das duas da tarde.

O trabalho, junto das autoridades de fiscalização ambiental, foi feito. O trabalho de sensibilização, junto do município de Seia, vai ser feito. E contem connosco para ouvir e também apontarem soluções. A solução de ser o Ministério do Ambiente a construir uma ETAR ali não me parece que seja viável do ponto de vista técnico, tanto mais que o abastecimento de água e do tratamento de esgotos está concessionado às Águas do Zêzere e Côa, que tem a responsabilidade pela gestão destes municípios todos. Se, entretanto, emergir alguma solução criativa que, neste momento, não vislumbro, concerteza que, da parte do município de Oliveira do Hospital estaremos disponíveis para a acolher.

Quanto às ETAR's, o Sr. Presidente da Câmara já respondeu. De facto, as suas localizações, às vezes, não são as melhores mas nós não fomos ouvidos quanto à escolha.

Relativamente à doença do nemátodo, eu conheço o processo e a doença há algum tempo, até fruto da minha actividade profissional anterior e é um problema grave da floresta. O Eng^o José Vasco de Campos sabe que é um problema grave e tem-no denunciado atempadamente. Outras entidades têm denunciado isso mas precisamos é de acção. O Eng^o Vasco de Campos disse aqui o essencial do tratamento da doença. Podemos atenuar, mas é impossível resolver o problema. Eu tenho participado, por despacho do Sr. Presidente da Câmara – e isto para demonstrar o empenhamento do Município nesta questão – em sessões no Vale do Alva, junto com o Técnico do Gabinete Florestal do Município e com a Cooperativa Beira Central, no sentido de sensibilizar as pessoas para a detecção atempada da presença da doença e para o imediato abate. Entretanto, tive conhecimento que uma árvore



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infectada corre o risco de infectar árvores no raio de trinta metros. Isto dá para perceber o risco que corremos de ficarmos com a floresta gravemente afectada, senão dizimada, que é o cenário catastrófico que está aí, que eu já ouvi de um alto responsável do Ministério da Agricultura.

Isto é uma questão que responsabiliza todos: as organizações de produtores florestais, as autarquias locais, os produtores e cada um dos cidadãos. E, o que é que podemos fazer? Ao ser detectada a doença, há organizações de produtores florestais que estão no terreno, neste momento, a fazer marcações, a fazer a detecção dessa mesma doença e a evitar que haja conflitos. Porque as pessoas gostam da floresta. As pessoas viram sempre na floresta o seu bem. Quando têm uma dificuldade, vendem os pinheiros. Mas, em caso de doença e dos pinheiros sinalizados, têm que ser realmente abatidos porque, senão, a doença vai propagar-se.

Da parte do Município, da parte do Gabinete Florestal, há indicação para acompanhar com intensidade este processo e colaborar activamente, quer na demarcação de áreas, quer na colaboração que nos fôr solicitada e que fôr possível para agilizar o processo de abate e encaminhamento da madeira. É isso que nós podemos fazer neste momento. Hoje estamos, muito garantidamente, muito sensibilizados para esta matéria.

Sobre a questão levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital relativamente à colocação de contentores, no âmbito da Assembleia Intermunicipal do Planalto Beirão, que se realizou na passada quinta-feira, fomos informados que haverá um reforço da rede de ecopontos nos municípios aderentes ao Planalto Beirão. Nesta fase, haverá um reforço de trezentas novas unidades – ecopontos –, reforçando a rede e a capacidade, ou seja, substituindo os ecopontos mais pequenos por outros maiores. É esta a indicação que temos. Eu questionei sobre os critérios de distribuição desses mesmos ecopontos, na perspectiva de, considerando que Oliveira do Hospital é dos municípios mais populosos e com mais freguesias do Planalto Beirão, sermos contemplados com mais alguns ecopontos. Isto é aquilo que, neste momento, temos para vos dizer.

Obviamente que aquilo que vamos fazer, no decurso do actual mandato, é insistir e criar todas as condições para haver um reforço, quer da rede de ecopontos, quer da sua capacidade. Vamos continuar a insistir e a reivindicar. Depois, haverá para aí uma outra solução que, neste momento, o Sr. Presidente, em colaboração com o Pelouro do Ambiente, estamos a estudar para melhorar a recolha, quer de resíduos sólidos urbanos, quer da recolha selectiva. É uma solução que temos em estudo mas, atempadamente, ser-vos-á dado conta dela.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou novamente a palavra para prestar o seguinte esclarecimento adicional:

“Eu só queria dizer ao Sr. Eng^o José Vasco que acho que devemos fazer uma reunião. Tinham pedido uma reunião com a CAULE. Até porque eu tive alguns contactos com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas e, como ele deixou a possibilidade de fazer uma visita oficial aqui a Oliveira do Hospital, poderíamos, um dia destes, conversar, na qualidade de Presidente da CAULE, para tentarmos encontrar aqui uma lógica comum de defesa e de percebermos o que é que vamos fazer todos em conjunto.”

Depois, interveio o Sr. Prof. António Morgado:

“Querida apenas dizer ao Sr. Presidente da Mesa que, como disse no início da reunião,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que nós temos determinado tempo para podermos falar, também há um tempo consignado para o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores falarem. Não podem estar aqui, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador, uma hora a falar quando nós temos cinco minutos. Agradecia que verificasse essa situação. Como há pouco foi dito, nós podemos sintetizar e, em dez minutos, dizer exactamente a mesma coisa que se diz numa hora.”

Face a esta intervenção, o Presidente da Mesa, Sr. António Lopes, declarou:

“Eu ia chamar a atenção para esse ponto, assim como ia dizer uma outra coisa: o nível de exigência não será só com os Srs. Deputados; será também com a Câmara, inclusive relativamente aos esclarecimentos.

E, desde já, aproveitava para perguntar se os Srs. Deputados se consideram cabalmente esclarecidos ou não relativamente à resposta do Sr. Presidente da Câmara. Porventura, estou neste lugar por falta de resposta às questões que eu colocava.

E queria deixar aqui à Câmara esse pedido que o Sr. Prof. fez o favor de antecipar. Mas também para dizer que, dentro do que a lei me permite, também serei intransigente com a Câmara Municipal relativamente às respostas aos Srs. Deputados – porque estão aqui com os mesmos votos que está a Câmara – e a serem esclarecidos quanto às questões que aqui colocam, verbalmente ou por escrito. Não é um favor; é um dever. Portanto, eu pensava assim no passado e, por estar hoje do outro lado, não penso de forma diferente.

Era um pedido que eu deixava à Câmara para que o faça, com transparência e, se possível, mais sinteticamente, como aqui foi sugerido, às questões que sejam levantadas nesta Assembleia. Portanto, é para esclarecermos, nesta primeira reunião, o posicionamento, quer para um lado, quer para o outro, e também na perspectiva de termos mais eficácia do tempo que aqui estamos.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Em primeiro lugar, não iria repetir o que está escrito porque já existe a referência à actividade do Município. Só queria dar aqui um pequeno esclarecimento: foi modificada esta parte em relação à informação do Município. Antigamente, o Município dava uma informação com cerca de quarenta e oito ou quarenta e nove páginas, e nós achámos que devíamos dar essa informação de uma forma mais sintética. Se algum Deputado Municipal, por exemplo, quiser alguma informação mais complementar em relação aquilo de como era feito anteriormente, estão absolutamente à vontade. É fazer o pedido e nós entregar-lhe-emos esses documentos.

Costumo dizer que sou um Presidente da Câmara Municipal com sorte porque, sem fazer nada, a Câmara recebeu um legado do Prof. Virgílio Hall, que vivia em Estremoz, irmão do Prof. Tarquínio Hall. Tinha já um testamento. A Câmara Municipal tinha no seu cofre um testamento, assim como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagos. Foram deixados trezentos mil euros, mais dois apartamentos e uma garagem em Armação de Pêra, para que esta verba seja revertida para uma obra social na freguesia de Lagos da Beira. Foi pena que o testamento não fosse o anterior porque ainda era mais substancial. Foi pena porque a freguesia de Lagos ainda ficava melhor. Já tivemos agendada, para a última quinta-feira, uma ida a Estremoz, acompanhados pela Jurista, Dra. Isabel Antunes, porque as chaves do apartamento têm que ser entregues na mão do Presidente da Câmara Municipal, mas, por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dificuldades a nível documental levantadas por um banco relativamente ao dinheiro, teve que ser adiada.

Depois, queria dizer que tive algumas reuniões: com o Secretário de Estado das Obras Públicas, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas, o Director do Centro de Emprego de Arganil – na perspectiva daqueles problemas da Fabriconflex –, com alguns Presidentes das Câmaras – das quais já falei –, com a Universidade de Coimbra, a propósito da constituição de um protocolo que aqui há-de ser discutido e aqui trazido, com a CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, com o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e com a ADESA. Também tive uma reunião, um bocado acidentalmente e não foi bem uma reunião, com a Sra. Ministra da Educação. Tive uma reunião com a Administração das Águas do Zêzere e Côa e estive presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Também já tive duas reuniões com o Eng^o Vasco Ribeiro, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que ainda ontem esteve cá todo o dia a visitar alguns locais que nós precisamos, em termos de candidaturas ao quadro comunitário.”

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Uma nota a abrir esta minha intervenção: em matéria de floresta, vem aí uma outra doença de outro tipo, que é a obrigatoriedade de certificação florestal. Nunca ninguém consegue esclarecer porque é que pinheiro ou eucalipto que vai ser estilhaçado e vai ser dissolvido em produtos químicos, tem que ser certificado. Isto é mais uma praga que aí vem, esta obrigatoriedade. Não vai trazer nada de bom aqui para a nossa floresta tendo em conta, até, a característica de minifúndio e de ausência de muitos proprietários. Mas também a questão do cadastro florestal: o nosso município foi um dos cinco ou seis municípios-piloto a nível nacional. E gostaria de saber em que ponto é que isto está. Esta questão tem interesse: a de saber quem é que tem o quê e onde? É necessária. A questão da certificação é mais complicada, não nos vai trazer nada de bom e sobre isso não tenho dúvidas, infelizmente.

Sobre a actividade da Câmara e do Município, eu tinha uma questão sobre o IC 37 mas já foi respondida. Mas, uma das grandes preocupações do Presidente da Câmara que – nota-se bem – não está encastelado aqui nos Paços do Município, rodeado de inimigos por todos os lados, nem estará encastelado no “quero, posso e mando” também... Destaco aqui, também, aquela sua referência que está aqui para dialogar e para respeitar as minorias. Sr. Presidente da Câmara: é de louvar que se tem mexido, que tem andado, que tem procurado familiarizar-se e até intervir em problemas graves.

A questão do desemprego, do têxtil e da confecção, que está aqui referida: que resultados concretos é que, dessa intervenção, o Sr. Presidente da Câmara, já assegurou junto do Governo? É aqui referido: *“procurou, sob diversas formas, sensibilizar o Governo para os problemas do sector e, concretamente, para as consequências que os mesmos têm trazido ao concelho de Oliveira do Hospital, reclamando mesmo um regime de excepção que possa proporcionar outras condições para a viabilização das empresas e a sua readaptação às novas exigências do mercado mundial e da globalização do fabrico e comércio de têxteis e vestuário.”* Portanto, que resultados concretos é que isto já tem? Porque nos interessa, também, saber quais são os resultados concretos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o José Vasco Lencastre, que fez a seguinte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção:

“A certificação florestal não é mais do que a prova de que se obtém um produto florestal de uma forma sustentável, tendo por base as três premissas principais: a económica, a social e a ambiental. E não é mais do que isso. E não se aplica só ao pinheiro bravo. Aplica-se ao pinheiro bravo, ao eucalipto, ao castanheiro, ao carvalho e até a todos os subprodutos florestais: o medronheiro, os cogumelo e outros. Portanto, a certificação florestal é um caminho que todos os proprietários florestais responsáveis estão a desenvolver. Neste momento, o eucalipto é pago entre três e quatro euros a mais a tonelada certificada e o pinho bravo é dois euros a mais. Portanto, só por isso, vale a pena fazer certificação. Por isso, não percebi porque é que a certificação traz problemas. Não, não traz. A certificação traz ganhos para os proprietários.”

Em seguida, o Sr. Dr. Manuel Garcia, Presidente da Junta de Freguesia de Gião, tomou a palavra:

“É só para fazer uma recomendação. No balancete dos quadros de resumo das relações das dívidas: normalmente, quando apareciam dívidas a fornecedores, empreitadas e empréstimos, havia um quadro-síntese. Se possível, no futuro, pretendia uma descrição analítica das rubricas.”

Depois, o Sr. Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:

“Respondendo ao Sr. Prof. João Dinis: eu também não sou das pessoas que gosta de correr para nada, isto é, gosto de ver trabalhos concretos. Porque aquelas pessoas que estão desempregadas precisam de acções concretas. Não precisam só de palavras e só de palavras de esperança. Isso é fácil dar.

Há aqui algumas coisas que eu ainda não posso dizer mas vou dizer concretamente qual foi a postura da Câmara Municipal em relação à Fabricconfex. É um caso concreto, que foi aquele caso que já “estoirou” nas minhas mãos como Presidente do Município. A primeira coisa que eu fiz foi reunir rapidamente com a Presidente do Sindicato e com o Director do Centro de Emprego de Arganil. Reunimos os três e, percebendo que aqueles trabalhadores já estavam com salários com um mês de atraso, tentámos fazer logo que fosse possível eles não passarem o Natal sem o subsídio de desemprego e sem receber. Até pela época que se avizinhava, uma época muito especial. Fizemos uma reunião também como esses funcionários, no dia seguinte. E o Centro de Emprego de Arganil fez uma coisa que nunca tinha feito: nessa colaboração com a Presidente do Sindicato dos Têxteis, Fátima Carvalho, trouxe nove funcionários e explicámos às pessoas o que é que se estava a passar. A Presidente do Sindicato fez o trabalho dela, o Director do Centro de Emprego fez o seu trabalho e eu também fiz o meu trabalho. E o que é que aconteceu? Ao trazer nove técnicos, possibilitou que, depois da reunião, fossem preenchidos os papéis do desemprego e entregues na Segurança Social. A seguir, entrei em contacto com o Presidente da Segurança Social porque surgiu um problema: o dia um era na terça-feira e havia muita gente da Segurança Social que tinha pedido o dia de segunda-feira para fazer a ponte. E, através da Presidente, chegou-me aos ouvidos que haveria trabalhadores que iriam receber e outros que não iriam. E a minha postura foi ligar ao Sr. Presidente da Segurança Social, ao Dr. Mário Ruivo, e disse-lhe “*arranje os empregados onde quiser, cinco ou seis, mas os trabalhadores da Fabricconfex têm todos que receber o subsídio de desemprego*”. Isto porque tudo tinha que ser processado até ao dia quatro. A verdade é que ele, depois, ligou-me e disse-me para estar descansado porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos iriam ser processados, de forma a receberem no mês de Dezembro. São coisas concretas, pontuais, que não têm a ver com a resolução do problema.

Com a resolução do problema há algumas. E numa destas, com o Director do IAPMEI e com o Director da Segurança Social, surgiu uma possibilidade. Entretanto, também reuni com o filho do dono da empresa, que teve uma postura de correcção em relação aos trabalhadores que quero ressaltar. Isto porque até se podia ter ido embora. E isso é de louvar num jovem que, se calhar, era o menos responsável da situação em que a empresa estava. Entretanto, fui fazendo contactos e percebendo que a Fabricconfex, em termos de Fabricconfex, não tem futuro por uma razão simples: porque a carga anterior da dívida financeira não é possível. O que é que se fez? Logicamente, há um conjunto de pessoas que se tentaram unir à volta deste jovem empresário que tem valor, para se criar uma empresa que vai levar à volta de cento e vinte postos de trabalho. Mas era preciso articular isto com a Segurança Social porque a empresa tem dívida com a Segurança Social e com o IAPMEI, porque tem um PEC. E está lançada uma estratégia, que vai não ter cento e oitenta trabalhadores mas que terá uma média entre cem a cento e vinte. E porquê? Porque a empresa será vendida – tanto a HBC como a outra empresa – simbolicamente por um euro, para proporcionar estes postos de trabalho.

Em contrapartida, consegui também e está em plano de intenções... Na segunda-feira, tive um almoço com um conjunto de empresários têxteis e há uma empresa, com um outro empresário que tinha um conjunto de encomendas e que vai empregar entre cinquenta e sessenta pessoas destas dos têxteis. E, se nós conseguirmos, com estes dados concretos aqui, entre cento e cinquenta a cento e oitenta empregos, acho que estamos a dar um bom contributo. E este conjunto de empresários que eu consegui reunir à mesa, fui eu que os consegui reunir. Logicamente que teve que haver interesses comuns. Quanto à Fabricconfex, preciso fazer uma reunião com umas pessoas que, em vez de gastarem dinheiro com advogados, pode ser a Segurança a pedir a insolvência. Por causa desse negócio de um euro. Por isso, há aqui já algumas coisas concretas. Neste momento, decorrem estes processos e eu tenho que aguardar.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Ratificação da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e um suplente) para representar a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – tendo o Sr. Presidente da Mesa prestado a seguinte informação:

“Este Congresso já aconteceu. Foi no dia quatro e cinco de Dezembro. A meu ver, não se justificava convocar a Assembleia só para isso. No dia treze de Novembro, houve uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta e foi decidida esta questão. No entanto, atendendo a que foi o Sr. Carlos Mendes que esteve presente nessa reunião, esclarecer-vos-á melhor.”

Tomou, então, a palavra o Sr. Carlos Mendes:

“Nós tínhamos uma informação da Assembleia Municipal anterior sobre o pedido de eleição. Mas, como só tomámos posse no dia dois de Novembro, não se justificava fazer uma Assembleia Municipal só para esta eleição e estando reunidos todos os Presidentes da Junta numa reunião que aconteceu na Câmara – faltou apenas um – escolheram o elemento que os iria representar. Nós, a única coisa que pedimos neste ponto é a ratificação da escolha do representante das Juntas de Freguesia, que recaiu no Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e, como elemento suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lagares da Beira.”

Seguidamente, a Sra. Dra. Sónia Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu só gostaria de fazer um reparo: na altura foi solicitado que nos fosse enviada a documentação referente a esse Congresso, o Sr. Carlos Mendes comprometeu-se para tal mas, pelo menos, eu não recebi. E penso que nenhum dos outros Presidentes de Junta.”

O Sr. Carlos Mendes esclareceu:

“Nós ainda não recebemos nada das conclusões do Congresso. Logo que vier, ser-lhes-á remetido. De qualquer das maneiras, vou pedir que vos seja, de imediato, enviada a ordem de trabalhos e, posteriormente, as conclusões.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa interveio:

“Esta informação era, de alguma forma, só dirigida aos delegados ao Congresso. Era fornecida através da internet, com senha de acesso. Portanto, não haveria assim grandes possibilidades de lhes dar grande informação sobre o Congresso.”

Terminadas as intervenções sobre este ponto, foi colocada à votação a ratificação da eleição do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital para representar a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, bem como do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira como elemento suplente, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos pontos de III a X, tivemos uma pequena conversa prévia com os representantes das forças eleitas aqui nesta Assembleia e há aqui um princípio de acordo nas eleições, que passaremos a anunciar.”

Ponto III – Eleição, nos termos do artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, de cinco membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte: foram eleitos, por unanimidade, os seguintes membros:

- Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves
- Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves
- Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca
- Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes
- Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos

Ponto IV – Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra: foi eleito, por unanimidade, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raúl Dinis Costa.

Ponto V – Eleição, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 5º da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios: foi eleito, por unanimidade, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, Sr. Rui Jorge Campos Coelho.

Ponto VI – Eleição, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 7º da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais: foi eleito, por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade, o Sr. João José Pereira Esteves.

Ponto VII – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação: foi eleito, por unanimidade, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Manuel Fontes Dinis.

Ponto VIII – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital, e formalização das referidas comissões, de acordo com o nº 2 do referido artigo: foram nomeados os seguintes cidadãos:

PS: Dra. Sónia Sofia Correia Martins

PSD: Sr. Rui Miguel Guedes Abrantes

OHS: Sr. Carlos Alberto de Brito Folques

CDU: Sr. António Manuel Fontes Dinis

Sobre este assunto, o Sr. Engº Carlos Inácio pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como todos sabem, eu trabalho nos Correios e há experiências extremamente gratificantes em termos de comissões de toponímia. Tem pouco a ver com o que estamos aqui a propor em termos de comissão de toponímia. Não sei se vale a pena, em termos futuros, nem se esta Assembleia poderá alterar este Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, que, segundo me parece, foi aprovado em mil novecentos e noventa e sete.

Há duas partes extremamente interessadas nisto da toponímia: a Câmara Municipal e, se quisermos, por extensão, a Assembleia Municipal, e os Correios. Não vejo aqui nenhum regulamento a dizer o que é que deve ser a toponímia e como é que funciona a toponímia. Eu gostava de propor, em primeira instância, que houvesse em elemento dos Correios aqui presente e propunha o nosso representante aqui em Oliveira do Hospital. Propunha uma alteração forte a este Regulamento. Dou, como exemplo, o Regulamento da Câmara Municipal de Coimbra, que é um excelente regulamento e que eu “bato palmas” em qualquer sítio onde vou e tenho feito várias intervenções sobre toponímia. É um regulamento que está a funcionar há seis, sete anos e do qual eu fazia parte como representante dos Correios.

Quanto a esta questão dos Presidentes de Junta: eu acho que devia ser definido quando é que a Comissão de Toponímia se reúne. Tem que ter uma regularidade de reunião e os Presidentes de Junta deverão estar presentes quando houver um topónimo dessa junta a decidir nesse momento. Não é preciso estarem sempre na comissão de toponímia. Também deveria integrar a Comissão de Toponímia, em termos genéricos, uma pessoa conhecida aqui no concelho, uma pessoa que saiba a história do concelho, que saiba a vida do concelho, que saiba o que é que se passa no concelho. Pode nem estar nesta sala mas que nós convidássemos a integrar a Comissão de Toponímia. Porque a toponímia não é só dar nomes às ruas. Tem um conjunto de regras e tem um conjunto de situações. E, se calhar, era agradável e útil que isto acontecesse.

Recomendávamos também que, na toponímia, devêssemos dar topónimos que tivessem a ver com a história e com a vida do concelho: Rua do Pinhal, Rua do Cabeço,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Travessa das Pedras... É isto que é importante na toponímia. Às vezes, pomos o nome de pessoas que nem têm nada a ver com o concelho e devemos pôr o nome de pessoas de bem, daqui. É claro que há uma regra base: nunca se deve dar topónimos a pessoas vivas, a não ser que seja um caso meramente de excepcionalidade e ratificados por essa Comissão.

O que eu queria era enquadrar isto de uma outra maneira e, na próxima reunião, eu fazia a proposta do funcionamento de uma comissão de toponímia nos moldes modernos e até distribuía antecipadamente o Regulamento da Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Coimbra.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Nuno Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital:

“Em relação a este caso, queria salientar um ponto. É um caso prático que se está a passar neste momento e que envolve a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e a Junta de Freguesia de São Paio. Penso que é um problema que se arrasta há quatro anos ou mais. Tem a ver com a Avenida Dr. António Afonso Amaral e a Estrada Nacional 17, no cruzamento para a Catraia de São Paio. Quem vem de São Paio para Oliveira e corta à direita, está lá uma vivenda e há uma Senhora que está em permanente conflito com ambas as Juntas de Freguesia. Recentemente, consultámos um membro dos CTT e ele respondeu-nos que a Senhora é que tinha que decidir para que lado é que virava a caixa do correio. Eu e o Nuno já conversámos sobre esta situação. Só que corremos o risco de, um dia destes, a placa que identifica a Rua Dr. António Afonso Amaral desaparecer porque a Senhora já “salvaguardou” essa situação. Isto parece algo prático demais para demorar tanto tempo a ser resolvido. E acho que isto, com uma situação de diálogo com quem devido, devia resolver-se o mais rapidamente. Isto não tem lógica. Se a Senhora fôr para Oliveira do Hospital fica com o número sessenta e tal e, se fôr para São Paio de Gramaços, fica com o número um. Mas não podemos ser nós a decidir. Acho que também era importante ouvir as pessoas antes de se colocar e em que parte geográfica se colocar as futuras identificações e qual o princípio e o fim dessas ruas.

Em relação a outra situação que eu queria aqui salvaguardar – e acho isto uma falta de respeito – é algo que, indirectamente, tem a ver com toponímia. O caso é este: junto à escola de Gavinhos de Baixo, estava lá uma placa que dizia “Rua da Escola”. Pelos vistos, isto já aconteceu em mais partes do concelho. Penso que, neste caso, os CTT/TLP decidiram pôr um poste de electricidade, retiraram a placa que estava junto à parede da escola, que identificava o início da rua, deixaram-na no chão e foram-se embora. Este tipo de situações... Eu não sei até que ponto há o à-vontade ou não deste tipo de instituições colocarem os postes onde querem. E, neste caso, vai afectar, a nível de toponímia, a identificação de uma rua. E também o facto de terem deixado no chão uma placa que deve ter custado algum dinheiro à Junta de Freguesia. Neste caso, são placas que têm o seu valor e, ao mesmo tempo, carecem de informação para a entrada da rua. E sei que existem mais casos destes e convinha salvaguardar, no futuro, situações destas.”

Seguidamente, o Sr. Aníbal Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre estas questões da toponímia, queria levantar aqui uma questão: não sei muito bem onde é que começa o trabalho da Comissão de Toponímia e onde é que acaba. Porque, enquanto não tínhamos as ruas todas com nomes e com números de polícia em todas as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portas, os CTT andavam sempre a dizer que levavam a correspondência para trás. Já fizemos isto há vários anos. E faz-me confusão quando, por exemplo, ligo para a EDP a comunicar que, na rua tal e na porta tal, está uma lâmpada fundida e o nome que lá consta sempre é o nome que estava anteriormente e os nomes que foram aprovados em Assembleia e que foram aprovados pela Comissão de Toponímia não constam na base de dados. Isto acontece na EDP, como acontece na Telecom e em todas as entidades.”

O Sr. Eng^o Carlos Inácio pediu a palavra para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Os correios, neste momento, são correios e as telecomunicações são telecomunicações, isto para o meu amigo Presidente de Junta. Os correios são uma entidade completamente à parte da PT. Não têm nada a ver e desde mil novecentos e noventa e dois que estão completamente separadas. O problema da colocação dos postes é que a lei ainda permite – e acho que é extremamente negativo – que a PT ou um operador de telecomunicações coloque um poste quase onde lhe apeteça. Porque o Decreto-Lei permite isso. Vejamos os casos que aparecem na comunicação social de postes de telecomunicações ou postes de energia, colocados em terrenos particulares sem que haja autorização dos proprietários. Mas, por experiência própria, acho que a melhor situação, nesse caso, é, vendo o traçado da rede e em diálogo logo ali, evitar que o poste lá fique porque, depois, é muito complicado retirá-lo.

Respondendo ao colega de Meruge, os Correios fazem essa pressão, naturalmente para o correio ser bem distribuído todos os dias, para bem de nós todos. Eu acho que já uma vez disse nesta Assembleia que o bem não é só para os Correios. Se calhar, numa urbe com a dimensão de Meruge ou mesmo de Oliveira do Hospital não se põe tanto, mas em urbes maiores, põem-se. Porque, por exemplo, chamam a polícia, os bombeiros ou uma ambulância, não há ruas, não há nada e a ambulância anda às voltas até ir fazer a emergência. Isto é útil para todos e não só para os Correios. Quanto ao problema que está a colocar concretamente, nós temos mantido uma grande pressão em termos empresariais no sentido de corrigir os ficheiros que a EDP e as Finanças têm com as nossas moradas.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interveio, em seguida:

“Penso que, com estes elementos que agora são indicados para a Assembleia Municipal e com esta sensibilização que foi agora levantada, é tentar, na Comissão e junto com a Câmara e demais entidades, corrigir estas situações, dentro dos possíveis.”

Depois, o Sr. Carlos Mendes tomou a palavra:

“Nós já tínhamos notado que este Regulamento já estaria ultrapassado. Iríamos propôr, precisamente, a sua reformulação ou um novo Regulamento. Portanto, pedia ao Eng^o Carlos Inácio para nos facultar o documento que ele citou da Câmara de Coimbra para que nos pudéssemos todos inteirar dessa situação e fazer um novo regulamento. Acho que essa é a parte mais importante: modificar, melhorar, dar conhecimento às pessoas e, depois, vir à Assembleia par ser votado.”

Seguidamente, a Mesa prosseguiu na indicação dos elementos eleitos no que respeita aos pontos IX e X da Ordem do Dia:

Ponto IX – Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17^o da Lei n^o 147/99, de 01 de Setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital: foram eleitos, por unanimidade, os seguintes cidadãos:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dra. Sónia Sofia Correia Martins
Dra. Ana Paula Ferreira Nobre
Dra. Lúcia Isabel Narciso Prata
Sr. António Manuel Fontes Dinis

Ponto X – Eleição, nos termos do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio, do representante na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal (para efeitos de encerramento da CIP): foi eleito, por unanimidade, o Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.

Entrou-se, depois, no Ponto XI – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2010/2013 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2010, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

Sobre este ponto, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Gostaria de dizer duas ou três coisas sobre este Plano e Orçamento. A primeira é que este Executivo, tal como as juntas de freguesia eleitas, tinha a possibilidade de executar este Plano e Orçamento até finais de Abril. É possível pois a lei prevê que os Executivos poderiam fazê-lo mais à frente. Nós achámos que não porque, a partir de Janeiro, teríamos um regime de duodécimos até à aprovação do Orçamento. Por isso, achámos que, correndo mesmo alguns riscos porque estávamos há muito pouco tempo para o elaborar... E, por isso, é natural que ele tenha algumas fragilidades em termos da sua própria construção derivado a esse tempo. De qualquer maneira, este é um Plano e Orçamento que, quer queiramos quer não, tem uma linha de continuidade dos Planos e Orçamentos que vêm do Executivo anterior. E tem, também, algumas condicionantes que têm a ver com as obras lançadas e adjudicadas pelo Executivo anterior e com o seu impacto financeiro. Por isso, tivemos que ter, também, isso em conta porque acredito que esta Câmara Municipal tem que ter uma gestão rigorosa nos seus dinheiros públicos. Não são dinheiros nossos.

Também disse na reunião do Executivo que este Plano vale o que vale, mas sabemos que deixamos portas abertas. Haverá aqui obras que não estão lá designadas mas estão metidas em rubricas mais gerais, onde elas não se vêem tanto e que se poderão explicar algumas, enquanto outras – mas muito poucas – estarão feitas. Como eu disse, há um conjunto de obras adjudicadas e gostaria de as relembrar aqui, que têm este impacto e que estão comparticipadas financeiramente pelos dinheiros do QREN: Estrada do Vale do Alva – 3ª Fase, Estrada de Oliveira / Nogueira, Biblioteca Municipal, Estrada do Moinho do Buraco que, como eu disse, já está adjudicada mas ainda não foi assinado o contrato. Quanto ao Largo Ribeiro do Amaral, há ainda algumas contas para acertar. A estrada de São Sebastião da Feira, o polidesportivo do Seixo da Beira e o saneamento de Casal de Abade, que estava adjudicado mas que há um problema com a empresa, como vocês sabem. E há aqui algumas despesas que, neste momento, não estão contabilizadas. Por exemplo, nestas estradas não estão contabilizadas as aquisições dos terrenos, isto é, ainda não há uma estimativa de quando vão custar estes terrenos. Sabemos claramente qual é a comparticipação e qual é o esforço



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeiro da Câmara Municipal nestas obras. Mas, como eu disse, há aqui algumas despesas. E foi essa precaução que o meu Executivo teve ao construir este Plano e Orçamento. Não será ainda o Plano e o Orçamento que nós desejamos. Também, naturalmente, vamos aprender durante este ano.

Há uma tentativa, aqui, e sinais claros que queremos descentralizar competências nas juntas de freguesia e dar maior autonomia de execução às juntas de freguesia. Estão aí algumas rubricas que duplicámos. Por isso, são sinais claros.

Há também outro pressuposto que está aqui: como eu disse, nós ouvimos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, ouvimos o Movimento dos Independentes, chamámos também a CDU para dar algumas considerações. Mas, na minha opinião, este projecto de construção do Plano e do Orçamento e a ideia que eu tenho dele, é de um documento ainda mais participativo do que o que foi este ano. Na minha opinião, deveremos dar alguns passos no próximo ano, ouvindo mais parceiros, chamando as associações culturais e desportivas, chamando as IPSS's, porque este será um Plano e um Orçamento de todos, de uma cultura de participação. É isso que eu desejo fazer no próximo ano e é isso que eu quero.

Como vocês sabem, era muito difícil entrarmos no dia três de Novembro, pelo que, em termos de tempo, foi um bocado difícil, até porque tudo fizemos para os documentos chegarem depressa aos Srs. Vereadores e aos Srs. membros desta Assembleia. E, até, se calhar, até houve uma ou outra coisa que caiu sem darmos conta. Como eu disse, é o Orçamento que é possível. Vale o que vale. Sabemos que tem alguns valores elevados. Sabemos que, em termos de receita, eles não chegarão aí. Mas permite-nos deixar portas abertas para tentarmos, porque também não sabemos o que é que vamos conseguir a nível do Governo central e nalguns quadros comunitários.”

Terminada a introdução do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis:

“Sobre esta matéria importante das GOP e do Orçamento da Receita e da Despesa, do ponto de vista mais geral, acho que o Executivo actual deve promover o reequilíbrio do investimento entre a zona sul do concelho mais a cidade e a zona norte, em especial a Cordinha. Do nosso ponto de vista, tem havido, nos últimos anos, uma concentração de investimento e agora talvez seja a altura de reequilibrar esse investimento. E cito: a preservação e a promoção do Vale do Mondego, do Vale do Seia, do Vale do Cobral, as piscinas da Cordinha, para não estar agora a pormenorizar mais. Promover, também, um reequilíbrio entre o sul do concelho – Vale do Alva – mais a cidade, com o norte do município e a Cordinha, em apoios e iniciativas de cultura e recreio. O problema não é o que há. Eu esclareço sempre: o problema não é o que há; o problema é o que não há. Que fique claro.

Utilizar a capacidade de endividamento do município para investimento em obras e também para educação e cultura. E tomo a liberdade de fazer uma recomendação. Aliás, o Sr. Presidente, há bocado, foi explícito e eu gostei de ouvir. A Câmara manter uma posição firme perante o poder central para que seja o Governo a pagar aquilo que ao Governo compete pagar. E não sejam os cofres municipais a serem ainda mais exauridos para acudir a responsabilidades que, através de chantagem, muitas das vezes o Governo naturalmente vai continuar a fazer. E cada vez mais, até porque as restrições orçamentais vão ser a doer como não foram até agora.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há várias rubricas orçamentais – agora – com verbas em “outros”, “diversos”, com elevadas verbas. Do meu ponto de vista, isto é um mau princípio. Por exemplo, no Orçamento, há verbas vultosas sobre a rubrica com o título “Freguesias”. Eu não consigo ler para que seja aquilo, exactamente. Há uma rubrica “Descentralização”, que até está, depois, no quadro sintetizado: quinhentos e vinte mil euros para as freguesias. Aliás, isto está citado na própria introdução. Significa um aumento de trinta e sete por cento em relação ao anterior ou a este ano de dois mil e nove. Apenas menos de três por cento do total do Orçamento. Esperemos que, em dois mil e onze e anos seguintes, essas descentralizações para as freguesias seja bastante maiores. Devo dizer que há Câmaras da CDU que chegam quase aos vinte por cento de transferências directas para as freguesias.

Por exemplo, ainda em relação à questão do poder central pagar o que deve: quem é que está a pagar e porquê – deduzo que seja o município, pelo menos em parte – a extensão de saúde de Avô, que também está em GOP? Esta é uma questão.

Uma outra questão que gostava que me esclarecessem e que vem nas GOP: quinhentos mil euros de apoio às freguesias para “*aquisição de terrenos, abertura e/ou beneficiação de vias municipais*”. Isto é o quê?

Outra pergunta directa: onde é que se prevê situar o Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica? Presumo que seja na Acibeira. Este, presumo eu.

Atrás, disse que era necessário fazer um esforço de reequilíbrio entre sul-cidade e norte-Cordinha, mas também acho que é preciso haver alguma ponderação no reequilíbrio de investimento nas freguesias, depois. Por exemplo, a minha freguesia – Vila Franca da Beira – está na Cordinha, onde estão Seixo da Beira e Ervedal da Beira. Volto a destacar: o problema não é o que vai; o problema é o que não vai. Para as freguesias de Ervedal da Beira e Seixo da Beira estão em GOP quatrocentos mil euros, especificamente e com verba definida. E com mais não sei quantos mil para o ano de dois mil e onze. Para Vila Franca da Beira, não há nada especificamente, à excepção de cinco mil euros para as obras na estrada velha, que até já estão feitas. Não sei se são obras novas. Portanto, atenção a este aspecto. É porque isto são verbas específicas para obras específicas. E ainda há as verbas gerais, aquelas que estão no “bolo”. Vamos estar com muito cuidado nisto porque senão é aborrecido. E eu repito, pela terceira vez aqui: o problema não é o que vai; o problema é o que não vai.

Também quero que me respondam e apenas por curiosidade: o que é isto que está previsto para Seixo da Beira: construção de equipamentos desportivos e de lazer, apoio ao centro educativo de Seixo da Beira, com cinquenta mil euros em dois mil dez e mais cento e cinquenta mil para dois mil e onze? Só por curiosidade.

Em relação à minha freguesia, nós entregámos um memorando pormenorizado. Esperamos que possamos, agora, concretizar com a Câmara Municipal essas propostas. Estamos disponíveis, aptos e capacitados para a descentralização. Venha ela. Mas também temos obras estruturantes, obras de cem mil euros e de cento e cinquenta mil euros. Pode ser a Câmara ou podemos ser nós. Esperamos, então, concretizar isso.

E esperamos que, noutra âmbito mas que o Município tem nisto incontornável responsabilidade... Em primeiro lugar, essa responsabilidade, do nosso ponto de vista, será sempre do Município, é: vai ou não ser melhorado o abastecimento de água em Vila Franca da Beira, na perspectiva, até, dos grandes aumentos de custos. Não tenham dúvidas. Sr. Presidente, desiluda-se. A Sra. Ministra do Ambiente disse, em recente entrevista no Público,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o serviço tem que ser pago pelo custo. Portanto, ou as Câmaras pagam a água – voltamos à velha questão – ou pagam os consumidores. Está escrito na primeira entrevista que a Sra. Ministra do Ambiente, e nossa colega aqui, deu ao jornal Público. Por acaso, nem sequer foi a um jornal aqui do concelho. Portanto, cuidado com isto. A questão é: em Vila Franca da Beira, metade da população não tem pressão na rede. A nossa proposta já é antiga e já foi até posta directamente à própria empresa concessionária: é que tem que haver um depósito novo, de quota mais elevada, de maior capacidade. Porque, introduzir um motor de pressão à saída do depósito velho – tem mais de quarenta anos e está degradado – como também aventaram os técnicos da empresa, é introduzir pressão, sobretudo, no final da rede e estoirar com uma canalização que está fora de prazo, está enterrada há trinta anos, que tem um prazo de validade de vinte anos, por ser em fibrocimento, e que tem amianto. Do ponto de vista social, a questão do emprego e do desemprego, e do ponto de vista estratégico, esta questão do abastecimento de água – e não só do saneamento – é, de facto, a questão número um com que este Município se vai debater nos próximos anos. E tem que haver respostas porque, daqui por um ano – dois mil e doze e oxalá eu me enganasse – já não vai haver dinheiro no QREN.

A propósito do nemátodo – há bocado esqueci-me de informar – o Governo Português tem mais um programa de vinte vírgula cinco milhões de euros para a questão do nemátodo. Portanto, também é uma coisa a ter em conta, aqui no apoio ao combate a essa doença por parte do Município.”

Seguidamente, interveio o Sr. João José Esteves:

“Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, reiteramos aquilo que sempre afirmámos: são documentos previsionais que contemplam um conjunto de intenções, de apoio ao investimento directo, que podem ou não vir a ser concretizados em função da prioridade, das condições objectivas de execução e da cobrança da receita.

Em oposição, temos de ter um discurso coerente com o que defendíamos quando éramos poder.

Estes documentos, naturalmente empolados em termos da sua dimensão financeira, traduzem em grande parte a continuidade dos seus “antecedentes”, designadamente do ano transacto.

De facto, a matriz é na sua essência a mesma, adicionada de alguns projectos novos, consequência da nova cor política do Executivo em permanência.

Sem pretender pôr em causa a capacidade de fazer novo ou diferente, todos certamente reconhecem hoje, que afinal as GOP’s anteriormente aprovadas não eram tão pouco ambiciosas ou prejudiciais para o desenvolvimento do concelho, já que, com alguns “retoques”, nos são novamente apresentadas.

Temos ainda em consideração que estes são os documentos previsionais, nomeadamente para o primeiro ano do mandato autárquico que se iniciou no passado dia dois de Novembro, pelo que se impõe, no mínimo, o benefício da dúvida.

Em relação à actuação do Executivo, os oliveirenses esperam uma governação que vá ao encontro dos seus legítimos interesses e às expectativas criadas.

Este Executivo possui objectivamente todas as condições para fazer muito por este concelho, porque não podemos esquecer ou pôr de parte, que é da mesma cor política do Governo, que integra dois membros – uma Ministra e um Secretário de Estado oriundos de Oliveira do Hospital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelos motivos invocados, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vai votar favoravelmente os documentos previsionais propostos pelo Executivo.”

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra ao Sr. Aníbal Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Meruge:

“Eu, neste ponto, também tenho alguma coisa para dizer, para considerar, porque também tenho obras estruturantes para a minha freguesia. Obras importantes e não vejo nenhuma contemplada no Orçamento. Queria dizer à Câmara Municipal que estamos disponíveis para estabelecer qualquer tipo de protocolos, nas diferentes áreas, desde que sejam firmadas, de mútuo acordo, as verbas necessárias para a sua implementação.

Eu reví o Orçamento. Há lá verbas inscritas para outros locais, para acção social. Nós temos, por exemplo, uma obra importantíssima, que já tem projecto de arquitectura, que foi submetida a uma candidatura ao POPH e que é a construção do Lar/ATL/Centro de Dia/Apoio Domiciliário a freguesia de Meruge. Não vejo lá nenhuma verba.

Temos outras obras, que também consideramos importantes, que é o caso do polidesportivo de Nogueirinha, que carece de um projecto, bem como de uma candidatura que só a Câmara pode fazer. Neste momento, o tão falado campo de futebol tem escritura feita, tem projecto de arquitectura e precisa de verbas para a sua implementação.

É necessário construir um loteamento municipal na freguesia de Meruge. A Junta de Freguesia tem um terreno, penso que com óptimas condições para o fazer, devido às dificuldades de terrenos para as pessoas se puderem fixar.

A construção da ETAR era assumida pelo anterior Executivo e não sei se este Executivo mantém a mesma atitude, porque nós não devemos ser só exigentes para com os outros; temos que ser exigentes para connosco próprios e as fossas estão a debitar os dejectos directamente para o Rio Cobral.

A construção do Parque Biológico Entre-Águas: já temos um projecto e também carece de uma candidatura. Pensávamos poder candidatá-lo ao PROVERE mas parece que não há rubrica onde se possa incluir. Portanto, terá que ter apoio, se possível, do PIDDAC.

Portanto, há um conjunto de obras que nós achamos importantes. Já não falo de variantes, de alcatroamentos, também importantes para o apoio à actividade turística. No Verão desloca-se muita gente para dois parques de campismo que existem na freguesia e que têm muito maus acessos.”

Interveio, depois, o Sr. Raul Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira:

“Eu li atentamente todo o Orçamento e as GOP’s e, na verdade, relativamente a Lagares da Beira, vejo aqui duas obras inscritas. E, seguindo o mesmo princípio que segui nos mandatos anteriores, desde que o Orçamento tenha uma obra para Lagares da Beira, eu votarei favoravelmente.

No entanto, tenho aqui algum sinal que este Orçamento e estas GOP’s me dão e que é a descentralização. Neste aspecto, verifica-se aqui um aumento, que é a transferência para as juntas de freguesia, e que permitirá às juntas de freguesias que elas próprias façam as obras. Portanto, há aqui um sinal deste Executivo de descentralizar. E isso agrada-me particularmente porque acho que as juntas têm muita coisa que podem fazer, se forem devidamente apoiadas tecnicamente e financeiramente pela Câmara Municipal. E Lagares da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Beira não tem problema nenhum em assumir determinado tipo de obras, desde que elas sejam apoiadas neste aspecto.

Eu vou votar favoravelmente. Mas, relativamente à Junta de Freguesia de Lagares ser mesma côr política da Câmara Municipal, não vai ser limitador para mim, como Presidente da Junta, reivindicar aquilo que tiver que reivindicar junto da Câmara. Irei, sobretudo, defender os interesses da freguesia que me elegeu e reivindicarei aquilo que tiver que reivindicar, independentemente da Câmara ser da mesma côr política. Isto é uma promessa que eu fiz aos meus eleitores e concerteza que é isso que eu irei fazer.

Queria também felicitar este Executivo pela criação do Gabinete de Apoio às Freguesias. Acho que vai permitir alguma celeridade, pelo menos na resolução de pequenos problemas que, às vezes, se põem nas freguesias. Havendo este Gabinete, penso que isso vai facilitar e permitir resolver mais rapidamente alguns problemas que, às vezes, tinha que se aguardar mais tempo.

Queria lembrar este Executivo que continuamos com uma aspiração, que é a resolução do problema da Acibeira. E aqui não vou pôr o problema da ESTGOH ou não. É evidente que, preferencialmente, gostaríamos que fosse lá instalada mas, acima de tudo, queremos resolver o problema daquele espaço. E aquilo é um espaço morto que está ali e eu penso que o Executivo irá fazer tudo no sentido da resolução daquele espaço.

Um dos outros problemas é a resolução do antigo quartel dos Bombeiros. Ele já está aqui contemplado, pelo menos no projecto, como já estava em Orçamentos anteriores. Esperamos que, desta vez e este ano, este processo também avance.

Também temos uma série de pequenas obras mas eu penso que há aqui verbas generalistas que as podem incluir. Por isso, eu vou votar favoravelmente este Orçamento, na esperança que seja um bom ano para o concelho e para Lagares da Beira.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Queria realçar só dois ou três aspectos deste Orçamento. Realçar, também, as palavras do Sr. Presidente e da Vereação do combate que irão fazer e que todos vamos fazer, da exigência, da rectidão, do diálogo a todos os níveis. Cá estaremos para validar essa situações e tomar conta delas.

Há aqui um conjunto de obras e um conjunto de situações que nós andámos durante estes últimos quatro anos – senão mais – sempre a batalhar e sempre a falar. E gostaria que, nestes próximos quatro anos, elas fossem resolvidas porque, senão, cá estaremos novamente a falar sobre isso, a batalhar e a “pôr o dedo na ferida”.

Falo concretamente no sistema intermunicipal das Águas do Zêzere e Côa. Ouvi o Sr. Presidente a dizer que estaria aí uma outra solução provável para este imbróglio que temos aqui há vários anos e espero que, realmente, isso seja ultrapassado e resolvido. E consta aqui também destes documentos.

De louvar a descentralização que o Município pretende fazer para as freguesias, o grau de exigência que se pretende perante o Governo, as obras que estão aqui inscritas e que esperamos que sejam realizadas, efectivadas, que passem do papel e que estejamos cá para as inaugurar e para fortalecerem a vida do concelho e dos oliveirenses.

Ouvi aqui duas intervenções. Uma do PSD, que é de louvar no apoio que dá a este Orçamento. Espero que não seja só por razões evidenciadas no discurso mas também porque é um Orçamento de rigor, de futuro e que garante o desenvolvimento aqui de Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospital.

Em relação aos Srs. Presidentes de Junta, a sugestão que eu dava era que apoiassem a Câmara e a Vereação no sentido de, até tecnicamente, dizer qual o caminho a seguir ou o que é que necessitam mais. Nós, naturalmente, queremos e desejamos fazer muito mas, às vezes, o apoio é pouco e não sei se, às vezes, não lançamos obras ou lançamos coisas só por lançar e, afinal, nem são muito precisas e há coisas mais importantes. Este Gabinete da Câmara certamente vos apoiará e fará tudo para resolver os vossos anseios, mas também com selectividade e com gestão boa dos meios que temos ao nosso alcance.

Eu espero, quando estivermos, daqui a um ano, a repensar isto, que tenhamos da parte da Câmara uma boa realização, um bom apoio do Governo e uma exigência muito forte desta Câmara Municipal e desta Assembleia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Uma nota de preâmbulo: eu ouvi aqui referir que o Governo vai continuar a fazer chantagem sobre os investimentos. Eu não percebo a que chantagem é que o Sr. Deputado João Dinis se estava a referir quando, segundo me parece, no documento das Grandes Opções do Plano se refere que o crescimento de transferência de financiamento para o Município está previsto ser de quatro por cento, quando estamos com uma inflação próxima dos zero por cento. Mas, enfim, ele saberá a que atribui esta palavra de “chantagem”.

Quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dez, parecem-me equilibrados, ambiciosos e, sobretudo, responsáveis, se atendermos ao período de um mês que o Executivo teve para os elaborar. É correcta a metodologia de elaboração do Orçamento a partir de uma lógica de continuidade. Também me parece correcta a adopção do “posicionamento inclusivo” relativamente às propostas dos outros partidos. Como se sabe, o Orçamento de base zero é o melhor orçamento mas sê-lo-ia num contexto de ruptura. Não é este o caso. É preciso honrar o conjunto de compromissos já iniciados ou em curso – também se diz – com o que eu estou de acordo.

Em termos substanciais, as opções parecem-me, também, as melhores. Prosseguimento de projectos necessários ao concelho. Queria dizer, nomeadamente ao Sr. Deputado João Esteves, que nunca aqui foram postos em causa as intenções ou os projectos postos nos Planos de Actividade. O que se sindicou e criticou sempre muito mais foi o incumprimento desses objectivos, na análise ao Relatório de Actividades.

Por isso, eu diria que, em termos concretos, é bom que se finalize a Biblioteca Municipal, que se reequacione a Estação Central de Camionagem, objectivos estes que já vêm do século passado.

Sobre o futuro do sistema multimunicipal Águas do Zêzere e Côa, é necessário saber como resolver o equilíbrio financeiro, definir o fornecimento em baixa ou em alta – que foi uma questão que ficou indefinida – e definir quem se obriga a executar as redes de saneamento.

Também me parece correctíssima a aposta na solidariedade e acção social, através do reforço do Fundo de Emergência Social Municipal, na resposta à crise que, pelas razões que há bocado referi, vai agravar-se mais neste concelho do que nos outros.

Também a actuação proactiva e assertiva, com a criação do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, em articulação com a Universidade de Coimbra e com a ESTGOH, me parece uma boa aposta para criar condições para acolher novas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iniciativas empresariais.

A seguir, é preciso definir a vocação do concelho, inovar e aplicar. Utilizar a capacidade de endividamento para o efeito, uma vez que é uma capacidade que está disponível.

O turismo: saudar a criação da Agência para o Desenvolvimento do Investimento nos Vales do Alva e do Alvôco.

Aceitando o desafio do Sr. Presidente da Câmara, eu fazia uma referência a dois outros assuntos que também têm sido aqui muito debatidos e que não aparecem explícitos mas que sei que o Executivo está atento a eles. O primeiro é a revisão do P.D.M.. “*Sai constantemente nova legislação com influência nos P.D.M.’s*”. Este era o argumento para não ser aprovado. “*Vamos ter os traçados dos novos IC’s*”. Nós não podemos esperar que deixe de sair legislação sobre os P.D.M.’s ou que estejam definidos os traçados para publicar a versão que está em revisão. Eu já disse aqui que o actual P.D.M. já nasceu velho. É preferível publicar já o que está em revisão, para permitir a utilização dos solos para alguma construção e, eventualmente, iniciar nova revisão. Eu tenho muito respeito pela Reserva Ecológica Nacional e pela Reserva Agrícola Nacional mas, as reservas agrícolas, hoje, são mais reservas do que agrícolas. E nós vemos a proliferação da construção no litoral e aqui temos freguesias com reserva agrícola a dez metros do perímetro urbano, o que é inadmissível.

Uma outra questão, no âmbito da instalação das novas iniciativas empresariais: precisamos definir novas áreas de localização empresarial em função dos traçados e das áreas de implantação dos cruzamentos do IC 6 e do IC 7, depois de definidas as áreas *non aedificandi*. Em todo o lado se vêem as empresas instaladas junto aos acessos à melhores vias. Nós não podemos deixar de acautelar os melhores locais, para evitar a inflação do valor dos solos e o despovoamento de certas zonas envolventes.

Mais do que dar-lhe o benefício da dúvida, este Executivo merece todo o nosso apoio. Com sensibilidade e diálogo com os membros desta Assembleia e com as forças sociais do concelho, e o apoio do Governo, este Executivo vai cumprir a sua obrigação. Por isso, devemos dar-lhe a nossa confiança, votando favoravelmente as GOP e o Orçamento para dois mil e dez.”

Interveio, depois, o Sr. Dr. Manuel Garcia, Presidente da Junta de Freguesia de São Gião:

“Antes de mais, queria dizer que, enquanto Presidente de Junta eleito por São Gião pelo Partido Social Democrata, não deixarei de nunca – sempre numa relação de cordialidade, como é lógico – de defender intransigentemente, aquilo que eu penso que é essencial para a minha freguesia e também para o meu concelho. Sempre numa lógica articulada, de solidariedade. Dizer que, se trabalharmos sempre nesta lógica, eu estarei sempre disponível e pode contar sempre comigo, Sr. Presidente, para tudo aquilo que depender de mim e para o concelho.

Dizer que estou contente, apesar da análise sintética. Temos, nas rubricas do Orçamento e do Plano, contempladas algumas obras aqui para a cidade: a Biblioteca, a Central de Camionagem. Julgo que é fundamental, porque, se tivermos uma cidade atractiva, concerteza que é o espelho das freguesias e saímos todos beneficiados com isso.

Não venham cá com a lógica articulada do Vale do Alva porque... O João Dinis que me desculpe. Ele é Presidente de Junta de Vila Franca e eu sou de São Gião, do Vale do Alva.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E nessa medida, ele defende a zona dele e eu defendo a minha zona e a minha freguesia. E quero-lhe dizer e ele sabe porque já me ouviu falar aqui várias vezes, que São Gião carece de algumas necessidades que são essenciais e vou passar a elencá-las: o Centro de Dia, que vinha inscrito no último Plano e Orçamento com uma verba substancial e que agora vem com uma verba residual de vinte e cinco mil euros apenas. Dizer que o projecto, segundo sei, estava concluído. Só não arrancou porque não me competia a mim fazê-lo arrancar. Não sei em que ponto é que está. A obra seria realizada pela Câmara Municipal e, depois, seria estabelecido um protocolo com a Fundação Albino Mendes da Silva, como única IPSS que existe na nossa freguesia e da qual também sou Presidente. No protocolo, a Fundação seria a entidade gestora do Centro de Dia

Dizer que, entre outras necessidades, a freguesia tem outras carências. Estou a referir-me ao saneamento básico, nomeadamente no Rio de Mel, onde vivem cerca de noventa habitantes e que não tem saneamento básico. O abastecimento de água ao Parceiro e Alentejo, também. Porque, apesar dos esforços que a Câmara fez, este último ano quase que ficaram sem água potável para beber. Isto é verdade.

Eu tive o cuidado de, aquando da visita do Sr. Eng^o Afonso Jorge à minha freguesia, lhe ter feito o desenho de tudo aquilo que são as necessidades da freguesia, até para que, no futuro, não se dissesse que se vinha para aqui pedir por pedir. Acho que deve haver uma relação de cordialidade e foi isso que eu fiz. Ele nunca teve pressa de se ir embora e teve tempo para me ouvir.

Outra necessidade que nós temos, já há um ano e meio: estamos com dificuldades ao nível da extensão de saúde. Há um ano e meio que São Gião não tem médico de família. A médica ou está doente, ou está de baixa, ou a Directora responde que não tem médicos. Quem paga, com isso, são os utentes e a Junta, que tem de pagar o transporte aos utentes. Agora já nem têm dia definido. Este é um alerta ao Sr. Presidente da Câmara nesse sentido e eu agradeço, se puder interceder.

Outro aspecto que não posso deixar aqui de falar, tem a ver com uma instituição que tem já uma longa data de história e que é a Comissão Regional Sangianense. O Sr. Presidente, aquando da visita à minha freguesia, teve a oportunidade de ver a situação premente e carente em que se encontra aquela instituição. Já foi elaborada uma candidatura à CCDRC. A Câmara e a Junta asseguraram a parte financeira privada porque a Comissão não tem verba suficiente. Também não podemos ficar “com o menino nos braços” porque, um dia, aquilo cai. Aliás, está mesmo a cair, já tem ruínas, janelas a cair...

Há bocado falei na ETAR. Alertar que a ETAR tem vindo a ser construída há já algum tempo. Os funcionários da empresa vão lá um dia ou dois e, depois, aquilo para mais um mês. Referir apenas que falta fazer a ligação do Bairro dos Machorros e da Rua Dr. José Germano Ferreira de Oliveira, em São Gião.

Perante isto e perante as várias rubricas que existem no Plano e no Orçamento com verbas gerais, vou votar favoravelmente o Plano, na certeza que o Sr. Presidente terá em atenção todas as minhas recomendações.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Nuno Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital:

“Indo um bocado de encontro ao que há bocado referi, queria, desde já, congratular-me com a abertura que este Executivo vai ter a nível de disponibilidade, neste caso, de verbas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para as Juntas de Freguesia. Mas gostaria de fazer aqui uma ressalva porque, não só como autarca mas como cidadão, gostaria que, quando e sempre que fossem atribuídas essas verbas, as mesmas fossem credibilizadas, sustentadas e justificadas a nível do seu destino. Até por uma questão de transparência e tendo em conta o factor económico que atravessamos, penso que esta questão de atribuir verbas... E é vosso “dever” também apoiar-nos enquanto Presidentes de Juntas de Freguesia. Mas, atribuir só por atribuir, penso, como cidadão, que não.

Já há bocado de uma sugestão a nível de parcerias e gostaria de fazer mais uma: penso que seria importante haver um maior diálogo e – desculpem-me, eu fui eleito por um Partido mas, acima de tudo, estou aqui como cidadão isento politicamente a este nível. E era importante, no futuro, que nós, Presidentes de Junta, Executivo e restantes membros que, por mais que tenhamos que fazer a nossa “parte política” nos uníssemos em prol de várias áreas, a fim de salvaguardar a defesa dos interesses do nosso concelho.

E, porque não, em determinado conjunto de obras, apresentarmo-las em conjunto? Por exemplo, um problema grave que se depara aqui a nível concelhio mas que eu vou lutar e faz parte das intenções da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, é a questão do saneamento básico na Catraia porque todo o conjunto de habitações e moradias viradas para o Vale do Alva carece de saneamento. E já é nosso intuito. Superficialmente já toquei neste assunto ao Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Gramaços. E podia ser um assunto que nós, juntamente, poderíamos apresentar aqui com uma proposta credível, a fim de se sustentar o mesmo. Porque parte daquela zona da Catraia é da freguesia de São Paio de Gramaços.

Assim como no Vale do Alva. Falando como cidadão, porque eu não tenho nada a ver com as freguesias do Vale do Alva, porque não os Presidentes das Juntas de Freguesia do Vale do Alva juntarem-se em determinados pontos estratégicos? E, em alguns pontos, também connosco. Por exemplo, uma coisa que eu acho que carece e que é importante salvaguardarmos no futuro, é o ponto de divulgação turística. Carecemos de sinalética. Era importante – deixava esta sugestão – que a própria Câmara criasse um *site*, à parte do oficial, só com promoção turística do concelho. Por exemplo, para o ano, em Outubro, vamos ter aqui, a nível de desporto, o Enduro das Nações. Vêm aqui representantes de vários países da Europa. São pessoas que começam já a fazer todo o trabalho de logística em Março ou Abril. São pessoas que dominam várias línguas e que vão ter que preparar as suas equipas em várias áreas. E, porque não, criarmos um *site* para o concelho, quer com divulgação e promoção turística, quer com como saber onde dormir e onde comer. Isto é importante. Parece que não mas temos que começar também a abrir portas a outros níveis. E a internet, hoje em dia, é um abrir de portas e, ao mesmo tempo, temos que saber receber por esses lados. Eu penso que era importante, até ao nível do Pelouro do Turismo, crescer isso. Assim como a própria sinalética: era importante identificarmos, bem visivelmente, as nossas mais-valias, quer históricas, quer a outros níveis, que possam incentivar a vinda de outras pessoas. A pessoa pode passar a primeira vez mas, se vir uma identificação bem visível, logicamente que no futuro, pode ter a curiosidade de passar nesses sítios: o caso da Bobadela, Aldeia das Dez, Senhora das Preces... Temos tanto património... Tanto, por um lado, e pouco, por outro, porque nós não sabemos aproveitar a esse nível a promoção turística, coisa de que carece já há muitos anos.

Em relação ao assunto da ESTGOH, eu, como cidadão, tenho sido desde o primeiro



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento, um dos defensores que as instalações sejam construídas nos terrenos que o anterior Executivo adquiriu para o efeito. Eu, quando falo isto, acreditem que não o faço porque antes era membro da Assembleia de Freguesia e neste momento faço parte do Executivo da Freguesia. Não o faço como defensor da Junta de Freguesia. Faço isto porque também me coloco no lugar dos alunos. E, há bocado, ouvi que tem vindo a diminuir a taxa de matrículas, a nível da ESTGOH. Mas também poderiam pensar no porquê disso vir a acontecer porque, às vezes, só pensam em não construir porque está a diminuir a quantidade de alunos. Mas, se calhar, ainda ninguém pensou que os alunos podem cá chegar e não se sentirem motivados para ficar nesta Escola. A Escola, interiormente, tem condições e estão salvaguardadas, dentro do que foi possível e disponível pelo Executivo anterior. Eu conheço. Só que isso não chega. Eu apresentei uma moção num passado recente na Junta de Freguesia, foi votada por unanimidade e em prol da própria cidade de Oliveira do Hospital, por todas as forças políticas representativas na Assembleia de Freguesia de Oliveira do Hospital. As pessoas têm que colocar em mente uma coisa: um aluno, quando vem para aqui, não vem só para estudar. Durante três anos, vem para aqui como um ser social de Oliveira do Hospital. Precisa de alimentar-se, dormir cá, viver cá, ter espaços de lazer. E é importante que eles sintam conforto e lhes dêem qualidade de vida para eles se manterem cá. Aliás, isto será uma forma e uma força de, no futuro, os incentivar a ficarem por cá. Porque, senão, acontece o que estava a acontecer a determinados trabalhadores que, quando não têm emprego aqui em Oliveira, vão para Tábua ou para Seia, casam lá e radicam-se lá. Aos alunos da ESTGOH pode acontecer-lhes o contrário: vêm para cá e, possivelmente, podem cá casar e fazer família. Daí é importante a qualidade de vida, não o só vir para cá como aluno mas sim como ser social. E, se calhar, publicamente, nunca ninguém o disse ou fez pensar alguém sobre este assunto. A parte física é importante mas o ser social, acima de tudo, devia ser salguardado nesse aspecto.

Há um outro assunto que eu gostaria de tocar e que é em relação à atribuição de subsídios para as associações. Eu tenho sido um crítico – pela construtiva, logicamente – em relação a isto. Já no anterior Executivo e a quem devido, falava sobre este assunto. Eu penso que a Câmara devia acabar com a “subsídio-dependência”. Eu, como associativista também que sou, deixo aqui um conjunto de sugestões que, penso, que serão importantes. Para já, alterar o programa de atribuição de subsídios às associações, com o qual eu não concordo. E vou ser directo: eu não posso aceitar que um rancho folclórico que sai uma vez por ano receba tanto como um rancho folclórico que sai vinte vezes por ano. Para já, não há controlo e fiscalização dos subsídios, não sei porquê. Se nós somos fiscalizados, acho que as associações também deviam ser controladas a esse nível. Daí que aconselhava, a quem devido, obrigar as associações a entregarem uma planificação antecipada, para o ano, do conjunto de actividades que se propõem fazer. E, no ano seguinte, confirmar a execução das mesmas e, mediante isso, atribuir ou não os subsídios.

Outra questão é a nível do desporto federado: os subsídios eram atribuídos por Divisão e Escalão. Eu não estou a favor disto porque o futebol de onze é uma coisa, o futsal é outra, o basquete é outra e o hóquei é outra. Era importante – as associações promovem eventos fora a parte federativa – incentivá-los com a atribuição de subsídios se, porventura, criassem um conjunto de actividades que, ao mesmo tempo, além de promoverem o desporto, promovessem também a parte turística. Por exemplo: o hóquei em patins todos os anos faz um torneio na altura da Páscoa. É importante, não só a realização porque põe crianças em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento desportivo, mas também porque, ao mesmo tempo, traz muita gente de fora. Penso que associações que, além da sua parte desportiva e psico-social, conseguissem atrair outras pessoas para cá, era importante porque não é só receber subsídios. É necessário justificá-los e credibilizá-los. Porque, a uns exigem tanto e, a outros, não se controla nada. E eu, nesse aspecto, não concordo.

Eu também gostaria de saber em que situação estão as bocas de incêndios. Se houver um incêndio na zona histórica de Oliveira do Hospital ou noutras zonas com maior dificuldade de acessos, se há algum plano ou não, ou se irão fazê-lo incluir nas Grandes Opções. Porque a questão das bocas de incêndios é importante, a nível de segurança e prevenção de incêndios. Gostaria também de saber se estão activas ou não porque, parecendo que não, há zonas que eu tenho a certeza que não passa lá um veículo de segurança e era importante salvaguardar isso e fiscalizar esse tipo de equipamentos.

Por fim, a nível de mais-valias: acho que era importante no futuro – porque as pessoas não podem ser só vistas ou salvaguardadas quando aparecem na televisão - trazê-las para cá. Isto é uma crítica construtiva, para patronos da Semana da Juventude ou para outros fins. Eu penso que nós, cada vez mais, devemos aproveitar as mais-valias que temos cá dentro e pô-las no activo, no imediato. Protocolos com instituições, ir buscar mais-valias de pessoas que são do concelho e pô-las em prol da nossa sociedade. Porque são pessoas que, além de credibilizarem a sua parte profissional, têm o prazer de zelar pelo seu concelho.”

Interveio, em seguida, o Sr. Dr. José António Madeira Dias:

“Para já, queria solidarizar-me com a maior parte das coisas que disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Penso que deve haver um trabalho de equipa.

Há pouco, o Prof. João Dinis estava a dizer que a parte sul do concelho tem sido muito beneficiada. Eu não tenho nada a ver com juntas mas as coisas não se põem dessa forma: parte sul ou parte norte. Depois, também corrigiu em relação à parte norte e da Cordinha no sentido de Vila Franca estar prejudicada em relação a Lagares ou ao Seixo.

Há uma figura que se chama Orçamento Participativo e que algumas câmaras utilizam. Nesse contexto, o Orçamento Participativo resolveria algumas coisas. Era uma questão de definir os valores.

Também gostaria de dizer, relativamente ao P.D.M., que, se queremos fixar pessoas, concordo que o mesmo deva ser alterado pois há muita gente que não fica cá porque não consegue construir, sobretudo nas aldeias.

Eu estive a ver o Orçamento e pedi a palavra essencialmente para referir que há muita coisa sobre desporto, acção social mas, sobre saúde, há muito pouco. Eu sei que a Fundação é uma IPSS mas, na minha opinião, é talvez a instituição do concelho que mais gente de outros concelhos cá traz diariamente. E é um ponto que eu considero fulcral e devia, de alguma forma, ser apoiada e integrada. Devia haver discussão com o Ministério da Saúde, com a A.R.S. Centro porque eu penso que, de facto, a Fundação é uma mais-valia muito importante que nós temos. Talvez a maior.

Em termos de saúde, o que está contemplado é muito pouco. Há uma extensão do centro de saúde em Avô e, depois, há mais – salvo erro – sessenta mil euros. Parece-me que sessenta mil euros, para o concelho de Oliveira do Hospital, é manifestamente insuficiente. Se nós queremos manter cá as pessoas, se queremos criar condições de vida, não é só dando subsídios, rendimentos sociais de inserção e afins. É criando condições de habitabilidade, bem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como condições de salubridade e sanitárias. Para isso, temos uma instituição que é muito importante. Era só este reparo e chamada de atenção que eu pretendia fazer.”

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

“O Dr. Rodrigues Gonçalves, com quem eu prezo a possibilidade de dialogar e de debater... E insiro-me estritamente nesse vertente do diálogo e do debate... Eu empreguei, há pouco, a expressão “o Governo vai chatagear os municípios”. Mas é exactamente isso que fez e que vai continuar a fazer.

O Nuno Oliveira deu já aqui um exemplo. O Dr. dá agora outro exemplo. O Governo, há cinco anos, escreveu à Câmara Municipal que a ESTGOH não era prioridade para o Governo. Está escrito num ofício. Portanto, os alunos chegam aqui e vão-se embora. A Escola não é viável, fecha-se. Ou então, se o Município de Oliveira do Hospital quer a ESTGOH, paga-a. Isto é uma maneira de chantagear.

Quer outra? A Sra. Ministra do Ambiente disse – e está escrito – numa entrevista recente ao Público, que os serviços têm ser pagos pelo custo. Por isso, se os municípios querem preços sociais da água e do saneamento, paguem. Portanto, a chantagem está sobre os municípios.

Quer outra? A Câmara Municipal contratou cinquenta e três POC. Sabe quanto é que vai custar à Câmara Municipal, pressionada pela questão do desemprego causado pelas políticas do Governo? Vai custar oitenta mil euros ao Município. Há quatro anos atrás, não custava. Não se pagava vinte por cento de comparticipação. Agora, paga. Se queres pôr essa gente ocupada durante um ano, paga, Município.

Quer outra? Esta questão da saúde. A extensão de saúde de São Gião não tem médico. É uma competência do Governo. É ao Governo que compete lá pôr o médico. Fazer a extensão de saúde de Avô, é ao Governo que compete, não é à Câmara Municipal. Se queres médico lá, paga, para que as pessoas não morram. Isto é uma forma de chantagear, objectivamente.

Quer outra, a mais recente? O Primeiro-Ministro, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, disse que ia haver dois mil estagiários para os municípios, jovens licenciados. Isto é chantagem. E, depois, porque o Presidente da Associação de Municípios disse que ele não respondeu a nada da agenda e que só tinha falado nos dois mil estágios, veio, na televisão, dizer se não queriam que os jovens trabalhassem ou que se desse uma oportunidade aos jovens. Isto é chantagem. Porque, quanto é que cada município vai pagar por cada jovem estagiário que lá vão pôr? Isto só pode ser POPH. Mas paga-se a comparticipação. Isto são formas políticas objectivas de chantagear.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas:

“Começava por responder ao Dr. Madeira Dias lembrando-lhe que, na introdução que fiz ao Plano e ao Orçamento, disse que, neste ano, no estilo de orçamento participativo fui até onde era possível mas que o queria alargar no próximo ano a um conjunto de instituições para colaborarem. Isto para dizer o que é que eu penso em relação ao futuro. Como vocês sabem, nós tomámos posse no dia dois. Na primeira semana é para conhecer os “cantos da casa” e conhecer algumas coisas. Penso que entregámos os documentos, aos Srs. Vereadores, no dia trinta de Novembro e houve algumas alterações na própria reunião. E até houve uma coisa que eu ainda desconhecia quando chegámos à reunião do Executivo e que era o protocolo com



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Administração Regional de Saúde sobre a extensão de saúde de Avô. E nós não o englobámos, não o metemos. Em conversa com os Srs. Vereadores, permitiram-nos que, depois, introduzíssemos isso. Por isso, perceba-se, nitidamente, quais foram as condições em que este Plano e Orçamento foi feito. As pessoas têm que ter consciência disso.

Depois, queria dizer ao meu amigo João Dinis que esteja à vontade, por uma razão simples: porque eu, quarta-feira, às nove e meia, estarei com o Presidente da Fundação numa reunião com o Dr. João Pimentel, que é o actual Administrador Regional de Saúde de Coimbra. Isto é, já podemos englobar estas coisas e esta discussão. Eu não fico aqui. E ainda bem que o Sr. Manuel acabou de me dar conhecimento do que se passa em São-Gião, porque é um dos assuntos que agora vou meter na minha agenda. Mas, como se percebe, ainda não domino todos os assuntos. Admito perfeitamente que o Sr. Dr. tenha razão ao referir que a área da saúde não esteja aqui muito contemplada. Por isso, em relação a este assunto, Sr. Presidente de São Gião, estarei, na quarta-feira, às nove e meia, em Coimbra, para ser recebido pelo Sr. Presidente da A.R.S. e onde será um dos assuntos para ser discutido. Porque também há aqui duas ou três coisas que temos que clarificar. O João Dinis vai falando nisso e eu penso que com uma certa razão: há responsabilidades que pertencem ao Estado e não pertencem à autarquia. E o dinheiro da autarquia, como dizia o Presidente anterior, não é elástico. É preciso haver uma gestão equilibrada para que não haja derrapagem financeira. Por isso, ou apostamos ali ou apostamos além.

Como disse aqui o meu amigo e deputado, João Esteves: *“Estes documentos, naturalmente empolados em termos da sua dimensão financeira, traduzem em grande parte a continuidade dos seus “antecedentes”, designadamente do ano transacto.”* Isto tinha que ser mesmo de continuidade, não podia ser de outra maneira. Se eu tenho aqui as estradas, que ainda nem foram começadas, elas têm que aparecer ali porque há uma parte da comparticipação do Orçamento. Não pode ser de outra maneira. Tinha que ser numa linha de continuidade. O que é que nós lhe fizemos? Bem ou mal fomos introduzindo algumas obras que, na minha opinião, são fundamentais e que também tinham a ver com as nossas prioridades.

Primeira prioridade do concelho, na minha opinião, absoluta em relação a tudo: o emprego. Criação de condições. Já tenho tido contactos de alguns empresários que querem instalar umas empresas em Oliveira do Hospital. E alguns até são de cá. Neste momento, estamos a alterar o Regulamento do Pólo Industrial da Cordinha para o tornarmos mais flexível na atribuição porque também temos alguns interessados. E, quando se falou aqui, naquele pequeno sinal da contratação destas pessoas, não vale a pena andarmo-nos aqui a enganar e não enganámos as pessoas. É que, se há alguém que pensa que nós andámos a enganar as pessoas, a dizer-lhes que, depois, tinham uma continuidade de trabalho, nem pensar nisso. As pessoas foram esclarecidas. Quem fez as entrevistas foi o Dr. Francisco Rodrigues e eu também o avisei que era preciso não criar expectativas às pessoas. E esta nossa iniciativa – não posso deixar de o dizer aqui –, não parecendo que fosse um feito histórico, teve uma receptividade a nível do País, da própria comunicação social, parecendo que era uma coisa de grande dimensão. Eu não achei que era uma coisa de grande dimensão. Estes contratos tiveram três objectivos.

O primeiro foi motivar as pessoas. E vou dizer o seguinte aqui: quem fez as entrevistas todas foi o Francisco Rodrigues. As pessoas foram escolhidas dentro de um determinado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perfil. Houve um estudo cuidado. E eu, no dia da cerimónia de assinatura do protocolo, que estive cá o Sr. Director Regional do Instituto de Emprego, tive o cuidado de dizer que o Francisco Rodrigues fez um grande trabalho nesta selecção, para que as pessoas não se defrontassem com trabalhos que não sabem executar. São cinquenta e três pessoas que saem de casa e que se deixam motivar.

Em segundo lugar, estas pessoas vão ganhar mais, cerca de cem euros, do que aquilo que recebem. Têm uma motivação também para executar o trabalho. Estas cinquenta pessoas a cem euros por mês, recebem mais, por mês, cinco mil e trezentos euros. Cinco mil e trezentos euros vezes doze, dá sessenta e tal mil euros. É dinheiro que nós injectamos na nossa economia.

Mas, mais do que isso, ainda há aqui outra coisa: o maior desespero que há, hoje, em Oliveira do Hospital, é o número de pessoas que vêm aqui falar connosco, que nos pedem emprego e que estão em situações dramáticas. E as pessoas que trabalham no meu Gabinete são testemunhas desse desespero.

E sabem que, agora, os concursos para as Câmaras Municipais vão ser feitos a nível central? As pessoas vão concorrer com critérios a nível nacional. E o que é que isto vai dar a estas pessoas? Isto vai dar uma determinada experiência que pode ser avaliada nesses concursos. Quando esses concursos aparecerem, a nível nacional, estas pessoas estão em condições de concorrer. E pode acontecer que estas pessoas que temos aqui, em relação a Tábua e a Seia, possam passar essas pessoas e até ganhar lugares nas outras câmaras municipais, dentro desses critérios que estão estabelecidos.

Por isso, há aqui três objectivos. Isto não foi feito só para dizermos... Porque não resolvemos problema nenhum do desemprego. Alguém dizia que isto poderia alterar os números do desemprego: não são estas pessoas que alteram o número do desemprego. Porque o nosso número de desemprego não é aquele que é oficial; é muito maior. E isto por razões extremamente simples. A primeira é o facto dos trabalhadores da HBC não contarem, neste momento, para os números do desemprego. Os trabalhadores da Fabricifex também não contam porque estão em suspensão do trabalho. As pessoas que frequentam os cursos não contam para o desemprego. E estes POC's também não contam. E hoje, Oliveira, na minha opinião, aproxima-se dramaticamente de um número muito perto do dobro da média nacional. E este é que é o problema. Este é um problema nosso porque é um problema das pessoas e nós estamos aqui para ajudar essas pessoas. Não é a Câmara que vai arranjar empresas. Mas a Câmara Municipal tem a obrigação de criar condições para que essas empresas se possam instalar cá em Oliveira do Hospital. E também é verdade que hoje não temos condições porque há um problema na Zona Industrial. Ontem estive cá o Eng^o João Vasco para resolvermos isso e para vermos qual era a forma de podermos ultrapassar isto o mais rapidamente possível, para lançarmos as obras daquela zona industrial. Isto é primeira prioridade. A primeira prioridade é resolver o problema das pessoas e a subsistência das pessoas.

Segunda prioridade do meu programa eleitoral: os problemas que já foram aqui levantados por causa do saneamento. É uma vergonha a forma como está o saneamento no concelho. Nós nunca podemos ter um concelho de qualidade enquanto tivermos estas questões do saneamento. E, parece-nos a nós, que as Águas do Zêzere e Côa, que eram a aposta possível, não foi grande aposta. Até parece que há um certo azar em Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospital. É que parece que a empresa que, agora, adjudicou cinco e que até fez um consórcio com o Amadeu Gonçalves Cura, ficou com Oliveira do Hospital e o Amadeu com Seia e, agora, essa empresa está também com problemas financeiros. Eu pergunto: algum dia teremos um Vale do Alva com qualidade, com os esgotos que nós temos? É uma pergunta simples, clara e objectiva. Sem dúvida que não. E o Vale do Alva tem um potencial enorme. E está previsto fazermos, com Seia, a Agência de Desenvolvimento dos Vales do Alva e Alvôco, porque eu reconheço que aquela zona é uma das zonas mais bonitas que o concelho tem em termos de paisagens. E eu gosto muito da zona da Cordinha. Mas, uma coisa é uma pessoa gostar e, outra coisa, é uma pessoa constatar. É uma zona que tem um potencial enorme para se vender. Mas também sei que tenho que vender o concelho todo, como disse o Sr. Vereador. Mas tenho que começar por uma zona de atracção.

Mas também temos que ter outra atracção a fazer: um centro de interpretação de arte, para ligarmos Bobadela a Lourosa e a Avô. E há aí alguns projectos que, neste momento, estão nas candidaturas, mas que eles só querem escolher um e nós estamos com alguma indecisão. Mas é importante que nós lancemos isso e que tenhamos aqui uma certa ligação entre isto. Porque eu estive na Câmara Municipal de Belmonte e o Presidente da Câmara foi-nos mostrar: ele tem um projecto, em termos de história... Não sendo mais rico, tendo só o facto de Pedro Álvares Cabral ter nascido lá e uma parte dos judeus. E, este ano, já vai em sessenta mil visitantes. O que nós precisamos, às vezes, é de ter ideias diferentes. E isto é para dizer às juntas de freguesia que nós também temos que estar imbuídos deste espírito e as juntas de freguesia têm de saber que, quando há determinadas prioridades, ressentem-se as juntas. Não é isso que eu quero. O que eu quero com o Gabinete das Freguesias é que, declaradamente, as pessoas saibam fazer isto com os Presidentes das Juntas, com prioridades. E, como é que são essas prioridades? As prioridades é traçarmos um quadro que diz assim “eu acho que é importante, para mim, em dois mil e dez, fazer isto. Em dois mil e onze, fazer isto. Em dois mil e doze fazer isto e, em dois mil e treze, fazer isto.” E nós discutirmos, junta a junta, logicamente. Porque eu até gostaria que isto fosse de uma maneira diferente.

Nessa reunião em Belmonte, estava lá o Presidente da Câmara do Sabugal que disse que reuniu os Presidentes da Junta, nesta descentralização de competências que sonho com ela, agarrou num “bolo” e disse aos Presidentes de Junta que o distribuíssem entre eles. E eles são quarenta e tal. E eu perguntei se eles chegaram a acordo. Ao que ele me respondeu que não lhes libertava nenhum dinheiro enquanto não chegassem a um acordo. E eles fizeram um acordo e a distribuição entre eles, achando as prioridades e encontrando algum ponto de equilíbrio. Porque, tirando as obras maiores, nenhum Presidente de Junta fica dependente da sua côr política ou fica dependente do humor ou da boa vontade do Presidente da Câmara e do seu Executivo. Isto são coisas absolutamente diferentes. E é isso que eu quero ver se conseguimos. E digo-vos: isto é o meu sonho. Se o conseguirei fazer ou não, é outra coisa. Mas, pelo menos, caminho para lá. E, se não tivesse essa intenção, também não a anunciava. Havemos de ver, em conjunto convosco, porque todos vocês querem o melhor para as vossas freguesias.

Eu acho que há algumas freguesias que, nos últimos mandatos, não tiveram tantos apoios como as outras. E citaria, aqui, três freguesias mas é natural que haja mais: Lajeosa, Seixo da Beira e Aldeia das Dez. E nós precisamos de criar investimento. Se eu perguntar a qualquer um dos Presidentes de Junta que estão aqui, todos me dizem que têm grandes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessidades, como que parecendo que nada foi feito no passado. Isto também não é verdade porque, no passado, houve aqui alguns Presidentes de Junta que até estavam sempre satisfeitos com a Câmara Municipal. Vamos ter consciência destas coisas, também. Mas é legítimo que vocês queiram mais. Eu, como Presidente da Câmara, também quero mais. Eu quero esse tratamento em relação às Juntas de Freguesia e espero que, em dois mil e catorze, nós tenhamos também uma grande obra nas freguesias e também na cidade de Oliveira do Hospital.

Considero prioritário na cidade de Oliveira do Hospital a remodelação daquele Mercado, que está ali e que não serve para nada, e uma Central de Camionagem. Considerarei, também, prioritária a construção dos estaleiros para melhoria das condições dos trabalhadores da Câmara Municipal. Estas obras serão as maiores mas não quer dizer que não tenhamos um multi-usos ou um parque desportivo. Mas têm que ser discutidos conforme as verbas.

Quanto a São Gião e a algumas associações que têm algumas dificuldades, estou à espera de reunir com o Secretário de Estado, Laurentino Dias, até porque o seu Chefe de Gabinete é de São Gião. Nessas condições, está a associação de São Gião de que falou o Sr. Manuel, está o teatro da Sociedade Recreativa Ervedalense que também não tem grandes condições, está a sede do Grupo Desportivo Vasco da Gama e, provavelmente, haverá mais.

A propósito de uma proposta que fez o Sr. Presidente da Junta do Seixo da Beira: há aqui uma verba avultada nos caminhos. Mas, se eu fizesse o projecto dos caminhos todos que me chegaram agora daquela candidatura, se os candidatasse a todos... Porque o Município, não é só fazer a candidatura e os projectos; tem que ser a Câmara Municipal a pagar a diferença. Nós já seleccionámos um por freguesia e, esta candidatura dos caminhos, a proposta que temos ali, cada levantamento do projecto custa oitocentos euros os primeiros mil metros, e cada cem metros custa cinquenta euros, ou seja, por cada mais mil metros, custa quinhentos euros. Só que isto são verbas significativas. Achamos isto caro e estamos a tentar negociar isto. Mas também estamos condicionados pelo tempo pois estes projectos têm que entrar a vinte e tal de Janeiro.

Também queria dizer ao João Dinis que ele fez as contas mal, na rubrica que falou da descentralização das freguesias. Houve um aumento muito mais significativo. Porque eu posso dizer-lhe que a Câmara gastou na totalidade da rubrica da descentralização, no último ano, trezentos mil trezentos e vinte e seis. E nós temos aqui um aumento muito mais significativo do que a percentagem que disse. O referencial que eu utilizei foi aquilo que, efectivamente, foi gasto.

Como sabem, também é possível, nalgumas rubricas, haver alterações ao Orçamento e passam verbas de um lado para o outro, como tem acontecido algumas vezes. Por isso, não vejo que seja muito problema de estar aqui porque eu acho que a delegação de competências terá mais a ver com a capacidade de realização, pelas Juntas, daquilo que vamos protocolar.

Aqui, na parte do complexo desportivo, tem a ver com a cobertura do próprio ringue do Seixo e tem a ver com uma rubrica para deixar em aberto, em função dessa reunião com o Secretário de Estado e com o Presidente do Instituto de Desporto.

Também queria dizer que este Plano, como disse o Esteves na sua intervenção, está ampliado. Este Orçamento tem vinte e seis milhões e nós sabemos todos, ontem, hoje e amanhã, que a execução andarà até aos quinze milhões. E ele está ampliado propositadamente para dar a possibilidade de entrarem aqui uma data de coisas, se as conseguirmos agarrar. Se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

calhar, há algumas obras que não estarão cá mas que serão lançadas, sem dúvida nenhuma.

João Dinis: não é preciso o Senhor vir ali dizer que parece que estou a fazer algum salto em comprimento, passando por cima de Vila Franca da Beira. Quero dizer-lhe que não passo sobre Vila Franca da Beira. E quero dizer-lhe que não venha com este ónus nem com esta questão, por uma razão simples: porque sabe muito bem que, daqui a uns tempos, independentemente de ser verdade ou mentira, há-de passar a ideia que eu queria de Lagares tudo para a frente. Você vem aqui pedir mais coesão entre o sul e o norte. E eu quero dizer-lhe que já ouvi que era só de Lagares para lá. Mas isso não me preocupa porque esta gente vai saber que a minha prática política é diferente. Percebo que o território tenha coesão e em termos até dos próprios investimentos na própria cidade em relação às freguesias. É preciso algum equilíbrio porque a cidade teve um grande investimento.

Há também umas obras ali no início do Seixo, que já estava o projecto feito. Mas, as outras juntas que não têm lá obras lançadas, não fiquem preocupadas.

O João Esteves também diz que a matriz foi a mesma, mas também não podia ser de outra maneira.

Sobre as fossas de Meruge, temos que resolver esse problema, pelo menos numa primeira fase.

Quanto ao Sr. Presidente da Junta de Lagares, nós todos queremos resolver o problema da Acibeira. E ontem, tal como o Senhor esteve, também esteve o Eng^o João Vasco, da CCRDC. E nós temos ideias para aquilo avançar mas precisamos de concretizar porque aquilo, realmente, ainda é um monstro maior do que aquilo que eu pensava. Pelo menos, eu prometo-lhe aqui que vamos lutar todos em conjunto para instalarmos lá alguma coisa e para darmos vida aquele espaço.

Sobre o Centro de Dia de São Gião, foi retirado de propósito. Não é uma questão de se fazer ou não. Mas vou dizer-lhe porque foi retirada a verba: nós achamos que podemos encontrar aqui uma forma diferente de resolver este problema. E nós temos essa solução. Porque sabe que, se fôr a Câmara Municipal a fazer essa obra, não tem quadros comunitários para a apoiar porque não se pode candidatar aquele tipo de obras. E, se fizermos a volta ao contrário, talvez seja possível.

Sobre o Nuno Filipe e a ESTOGH, queria dizer-lhe o seguinte: não é uma questão de alunos virem cá e não gostarem das instalações. O problema não passa só por isso por uma razão muito simples: o último curso só teve matriculados seis alunos e os outros não vieram cá para se irem embora. Eu penso que a Escola também tem que se adaptar a alguma realidade em termos de atracção dos seus alunos porque hoje, no ensino superior, há uma competitividade tremenda. Na minha opinião, a Escola tem que começar a fazer mais para captar esses alunos.

Sobre os subsídios, pode haver alguma rectificações mas, se não fossem estes subsídios para as diferentes instituições, já tinha morrido tudo. Acho que esta era uma das boas políticas que a Câmara Municipal tinha e não mudarei agora de opinião. Poderá ser mais proporcional ou mais justo, podem ser. Se calhar, tem que haver mais diferenciação positiva. Mas nem sempre isso é fácil de verter no regulamento. E tem que se começar a proceder à assinatura de protocolos e aí o Presidente Nuno Filipe tem razão. É que, muitas vezes, há a assinatura de protocolos e, depois, não se fiscaliza se o dinheiro foi empregue para aquilo que foi dado. Este é que é outro problema. Eu penso que deve haver alguns reajustamentos porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também há algumas injustiças, por exemplo, em termos de calendário. Outro problema que colocou, e bem, foi o de alguns acontecimentos com qualidade, que contribuem para o turismo. Eu também concordo que devem ser enquadrados.

Sobre as bocas de incêndios e o Plano de Emergência Civil não lhe sei responder neste momento.”

Por fim, o Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital tomou a palavra:

“Eu não sou contra os subsídios; sou contra a forma como eles eram atribuídos, em relação a certas associações.

E, em relação à ESTGOH, há aqui um ponto que deviam levar em conta: só três por cento de alunos do concelho estão lá inscritos neste momento. E, antes de olharmos para fora, devíamos olhar para dentro e para como solucionar e incentivar que os próprios alunos de Oliveira do Hospital fiquem cá na Escola.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2010/2013 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2010, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano, tendo sido aprovadas por maioria, com duas abstenções.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo treze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____